

BIBLIOTECA

MILITAR CRISTÃO

MANUAL ELEMENTAR DE PESQUISA

PARTE 1

**CONFISSÕES DE FÉ
DA IGREJA CRISTÃ**

1ª Edição
2012

BIBLIOTECA

MILITAR CRISTÃO

MANUAL ELEMENTAR DE PESQUISA

PARTE 1

CONFISSÕES DE FÉ DA IGREJA CRISTÃ

Compilação e comentários
Cleber Olympio

1ª Edição
2012



PORTARIA Nº 50, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2013.

Aprova a inclusão do Manual Elementar de Pesquisa E-1, 1ª Edição, 2012, como integrante da Biblioteca Militar Cristão.

O administrador do sítio “Militar Cristão”:

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 3º da Norma Geral Administrativa nº 9, de 2013, faço saber aos interessados o seguinte:

Art. 1º. Aprova-se, com esta portaria, a inclusão do Manual Elementar de Pesquisa **E-1**, intitulado “**Confissões de fé da igreja cristã**”, **1ª Edição (2012)**, como integrante da Biblioteca Militar Cristão, disponibilizando-se o mesmo, a partir da presente data, na subseção “Download – Documentos” para franquear seu acesso aos usuários do sítio.

Art. 2º. Revogam-se:

I – A Portaria nº 26, de 27 de dezembro de 2012;

II – O Manual 11/1, intitulado “Confissões de fé da igreja cristã”, 1ª Edição (2012).

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 14 de dezembro de 2013.

CLEBER OLYMPIO

Administrador - Sítio Militar Cristão

(Publicado em 14/12/2013 no hipertexto <<http://www.militarcris tao.com.br/redir.php?id=767>>).

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

1ª Parte – Manual E-1

	Pág.
APRESENTAÇÃO	IV
PRÓLOGO – CONFISSÃO DE FÉ DO MINISTÉRIO MILITAR CRISTÃO	V
CAPÍTULO 1 – CONFISSÕES DE FÉ PRÉ-REFORMA	1-1
ARTIGO I – CREDO DOS APÓSTOLOS	1-1
ARTIGO II – CREDO DE NICEIA	1-2
ARTIGO III – CREDO DE CALCEDÔNIA	1-2
ARTIGO IV – CREDO DE ATANÁSIO	1-3
ARTIGO V – PRIMEIRA CONFISSÃO DE FÉ VALDENSE	1-5
CAPÍTULO 2 – CONFISSÕES DE FÉ REFORMADAS – 1ª PARTE	2-1
ARTIGO I – CREDO DE LUTERO	2-1
ARTIGO II – CONFISSÃO DE FÉ BELGA	2-2
ARTIGO III – SEGUNDA CONFISSÃO DE FÉ VALDENSE	2-19
ARTIGO IV – CONFISSÃO DE FÉ DA GUANABARA	2-21
ARTIGO V – CONFISSÃO DE FÉ ESCOCESA	2-25

**Este é um
MANUAL “ECHO”
Destinado ao fornecimento de elementos de pesquisa às uniões
militares evangélicas e pessoalmente ao cristão militar.**

APRESENTAÇÃO

“Credo!” Para quem não sabe essa expressão que indica, por vezes, repulsa a algo ou alguém, tem origem justamente numa defesa daquilo que se crê. Longe de manifestar uma adversidade pejorativa, o “crente” mostrava oposição àquilo que viesse a atacar suas crenças, devidamente embasadas.

Apesar dessa constatação, qual, afinal, é a utilidade de uma confissão de fé, ou de um credo? A pessoa vem a Cristo através de uma confissão particular de que Jesus é o Senhor (Rm 10:9), começa a participar da vida cristã através do batismo, precedido de uma pública profissão de fé (1 Tm 6:13-14). Dessa forma, não há dúvidas de que uma confissão de fé, um credo – ou manifestação de crença – tenha seu lugar de destaque na vida cristã normal.

Confissão também é meio de prova perante a Justiça. É expor e admitir publicamente aquilo que se vivenciou e que, agora, é de interesse para a solução de uma demanda. Confissão também significa sentença de morte: ainda hoje, e sempre haverá isto, morre-se pela confissão de fé cristã perante os ímpios.

As confissões e credos aqui compilados servem para essa finalidade. Elas compõem, em 5 tomos, a maior coleção dentro da *Biblioteca Militar Cristão* de todos os tempos, lançada em comemoração aos 10 anos do ministério na internet. Elas não obedecem a uma sequência cronológica exata, senão aproximada e conforme tenham parte, ou não, com a Reforma Protestante iniciada em 1517.

Nossa sugestão é a análise apurada de cada uma delas e entre elas, *procurando reter o que for bom* em confronto com as Escrituras, considerando que as confissões são imperfeitas e até contraditórias entre si em alguns pontos, mas muito úteis ao ensino e à instrução, pessoal ou em grupos.

Nenhum cristão pode ser pego de surpresa ao justificar suas posições. Além disso, uma fé dogmatizada pouco pode produzir: é preciso esclarecimento. E você, sabe embasar o que crê? Sabe combater as heresias que frequentemente aparecem, nesses tempos de relativismo da autoridade das Escrituras Sagradas, de egocentrismo e de fé baseada nas emoções? Que Deus te abençoe.

O Editor

PRÓLOGO

CONFISSÃO DE FÉ DO MINISTÉRIO MILITAR CRISTÃO

Nós cremos em Deus Pai, Criador dos Céus, do mundo e de tudo o que nele há, e, ao sexto dia, fez o homem como o principal ser de sua criação. Esse mesmo homem, entretanto, veio a pecar, ou seja, quis ser superior a Deus, senhor de si mesmo e, por consequência, se tornou inimigo do seu Criador.

Pelo fato de o homem ser inimigo de Deus, deste não pode, nem quer, se aproximar. Por isso, também, tudo o que parte do homem não possui vida, pois não está ligado a Deus, o autor da vida.

Mesmo o homem possuindo essa natureza morta espiritualmente, Deus, em sua graça e misericórdia, usando de sua soberania sobre tudo, escolheu homens e mulheres, desde antes de a criação ser estabelecida, para estarem com ele eternamente. Todos, escolhidos ou não, merecem a ira de Deus, mas a misericórdia divina fez com que os escolhidos viessem a herdar, juntamente com Cristo, a vida eterna.

Por isso também cremos em Jesus Cristo. Nele se concentra todo o plano da salvação divina. Ele é o único Filho de Deus, o Salvador, que pagou o preço da salvação por aqueles a quem Deus Pai escolheu, sendo castigado e morto em lugar dos eleitos, mas ressurgido dentre os mortos. Estes certamente serão salvos, e nada e ninguém os separará do amor de Deus, que está em Cristo.

Essa obra é completada pelo Espírito Santo, em quem, da mesma maneira, depositamos a nossa fé. Este chama o ser humano, pecador, para a salvação, através da pregação do Evangelho. A pessoa, ao ser chamada, passa a ter arrependimento dos seus pecados e a fé, sem a qual é impossível agradar a Deus. Quando a pessoa se aproxima de Deus, arrependida de seus pecados e crendo em Jesus como seu Senhor e Salvador, passa a ter uma nova vida, a ser uma nova criatura.

Tudo, portanto, passa pela graça do Deus em quem cremos, desde a escolha para a salvação, como a glorificação, a qual experimentaremos quando estivermos com Deus.

Nada é atribuição nossa, seja emocional, seja do intelecto. É pura e simplesmente a graça de Deus operando em nossas vidas, nos suprimdo em todas as coisas.

Esse mesmo Deus, inclusive, nos forneceu o Evangelho, a Palavra Fiel e Verdadeira, para que viéssemos a crer na mensagem divina. O testemunho das Escrituras Sagradas, a Bíblia, é verdadeiro. Nele se fala do Deus de amor, mas também do Deus justo e soberano, que reina sobre toda sua criação com inigualável poder.

Por essas razões, de igual forma, não cremos naquilo que foge da pregação do único Evangelho, que atribui a salvação a esforços humanos, como pagamento de promessas, ou boas atitudes. Também não cremos em tradições vindas de homens, que deturpam os ensinamentos contidos nas Escrituras, nem atribuímos autoridade divina a pessoas ou a anjos, nem que o homem possua algum resquício de bondade em seu coração, de modo a tornar-lhe justo, muito menos em outro mediador entre Deus e o ser humano que não seja o próprio Deus, em Jesus Cristo. Não cremos, ainda, em três divindades distintas. Cremos num Deus único, que é o mesmo em três Pessoas, iguais em glória e poder, com suas atribuições típicas na ordem do Universo.

Cremos que Jesus uniu o seu povo, os eleitos de Deus, em comunidades locais que formam uma única Igreja, chamada “universal” – mas sem denominação específica, por estar presente nas mais diversas partes do mundo. Esse mesmo Jesus manda que estejamos unidos para realizar os propósitos divinos, assim como estaremos, um dia, com Deus em seu Reino Celestial.

CAPÍTULO 1

CONFISSÕES DE FÉ PRÉ-REFORMA

ARTIGO I

CREDO DOS APÓSTOLOS

1-1. ASPECTOS GERAIS

Originado dos pais apostólicos (séculos III e IV D.C.), o Credo dos Apóstolos remonta à igreja primitiva, e tem base essencialmente na tradição apostólica, com vistas ao afastamento de heresias, como o gnosticismo dos gregos.

1-2. TEXTO DO CREDO

Creio em Deus Pai, Todo-poderoso, Criador dos Céus e da terra. Creio em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, o qual foi concebido pelo poder do Espírito Santo; nasceu da virgem Maria; padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu à mansão dos mortos, ressuscitou ao terceiro dia, subiu aos Céus, está sentado à direita de Deus Pai Todo-Poderoso, donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

Creio no Espírito Santo; na santa Igreja católica¹; na comunhão dos santos; na remissão dos pecados; na ressurreição do corpo; na vida eterna. Amém.

¹ Católica, subentendida como igreja universal, originária do projeto de Cristo e sem placa denominacional. (N. do. E.).

ARTIGO II

CREDO DE NICEIA

1-3. ASPECTOS GERAIS

Elaborado pelo Concílio de Niceia (325 D.C.) e revisado pelo Segundo Concílio Ecumênico de Constantinopla (381 D.C.), o Credo de Niceia – ou Niceno-Constantinopolitano – é uma versão ampliada do Credo dos Apóstolos, tendente a preservar a doutrina apostólica e a refutar as heresias que surgiam contra o ensino bíblico na igreja primitiva. A versão que trazemos aqui é a referendada pelo Conselho Mundial de Igrejas.

1-4. TEXTO DO CREDO

Creemos em um só Deus, Pai, Onipotente, criador do céu e da terra, e de todas as coisas visíveis e invisíveis. E em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho unigênito de Deus, gerado do Pai antes de todos os tempos, Luz de Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, não feito, consubstancial com o Pai, por quem todas as coisas foram feitas, o qual por nós homens e pela nossa salvação desceu do céu, e encarnou por obra do Espírito Santo, da Virgem Maria, e foi feito homem. Foi crucificado por nós sob o poder de Pôncio Pilatos, padeceu e foi sepultado. E, ao terceiro dia, ressuscitou, segundo as Escrituras, e subiu ao céu, e está sentado à mão direita do Pai, e virá outra vez com glória a julgar os vivos e os mortos, e o seu Reino não terá fim.

E cremos no Espírito Santo, Senhor, doador da vida, procedente do Pai². O qual com o Pai e o Filho juntamente é adorado e glorificado, o qual falou pelos profetas.

Creemos na Igreja una, santa, católica e apostólica. Reconhecemos um só batismo para a remissão dos pecados. E esperamos a ressurreição dos mortos, e a vida do mundo vindouro. Amém.

ARTIGO III

CREDO DE CALCEDÔNIA

1-5. ASPECTOS GERAIS

Elaborado em 451 D.C., o Credo de Calcedônia teve origem no Concílio de mesmo nome³, cujo principal objetivo era resolver pendências

² O Concílio de Toledo acrescenta a expressão “e do Filho”. Esta é a chamada “cláusula *filioque*” (N. do E.).

³ Calcedônia era uma cidade da província romana de Bitínia, na Ásia Menor, atual Turquia. (N. do E.).

teológicas referentes à natureza divina de Cristo. Nesse Concílio foi rejeitada a heresia do monofisismo, que atribuía a Jesus natureza exclusivamente divina e não humana. A importância desse credo é declarar que Jesus têm natureza 100% divina e 100% humana.

1-6. TEXTO DO CREDO

Fiéis aos santos pais, todos nós, perfeitamente unânimes, ensinamos que se deve confessar um só e mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, perfeito quanto à divindade, perfeito quanto à humanidade, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, constando de alma racional e de corpo; consubstancial, segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade; em todas as coisas semelhante a nós, excetuando o pecado, gerado segundo a divindade antes dos séculos pelo Pai e, segundo a humanidade, por nós e para nossa salvação, gerado da virgem Maria, mãe de Deus; Um só e mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que se deve confessar, em duas naturezas, inconfundíveis e imutáveis, inseparáveis e indivisíveis; a distinção das naturezas de modo algum é anulada pela união, mas, pelo contrário, as propriedades de cada natureza permanecem intactas, concorrendo para formar uma só pessoa e subsistência; não dividido ou separado em duas pessoas. Mas um só e mesmo Filho Unigênito, Deus Verbo, Jesus Cristo Senhor; conforme os profetas outrora a seu respeito testemunharam, e o mesmo Jesus Cristo nos ensinou e o credo dos pais nos transmitiu.

ARTIGO IV

CREDO DE ATANÁSIO

1-7. ASPECTOS GERAIS

Atanásio (295-373 D.C.), sucessor de Alexandre como Bispo de Alexandria, foi um ferrenho opositor do Arianismo. Elaborada por Ário, a heresia do Arianismo, dentre outras posições, negava a divindade de Cristo, dizendo que somente o Pai é Deus e, conseqüentemente, negava a Trindade, além de defender uma concepção deísta de Deus – alguém distante e eternamente afastado do homem. Este credo defende enfaticamente a Trindade e o difisismo, isto é, a natureza plena de Cristo como Deus e como homem.

1-8. TEXTO DO CREDO

(1) Todo aquele que quiser ser salvo, é necessário, acima de tudo, que sustente a fé universal.

(2) A qual, a menos que cada um preserve perfeita e inviolável, certamente perecerá para sempre.

(3) Mas a fé universal é esta, que adoremos um único Deus em Trindade, e a Trindade em unidade.

(4) Não confundindo as pessoas, nem dividindo a substância.

(5) Porque a pessoa do Pai é uma, a do Filho é outra, e a do Espírito Santo outra.

(6) Mas no Pai, no Filho e no Espírito Santo há uma mesma divindade, igual em glória e coeterna majestade.

(7) O que o Pai é, o mesmo é o Filho, e o Espírito Santo.

(8) O Pai é não criado, o Filho é não criado, o Espírito Santo é não criado.

(9) O Pai é ilimitado, o Filho é ilimitado, o Espírito Santo é ilimitado.

(10) O Pai é eterno, o Filho é eterno, o Espírito Santo é eterno.

(11) Contudo, não há três eternos, mas um eterno.

(12) Portanto não há três (seres) não criados, nem três ilimitados, mas um não criado e um ilimitado.

(13) Do mesmo modo, o Pai é onipotente, o Filho é onipotente, o Espírito Santo é onipotente.

(14) Contudo, não há três onipotentes, mas um só onipotente.

(15) Assim, o Pai é Deus, o Filho é Deus, o Espírito Santo é Deus.

(16) Contudo, não há três Deuses, mas um só Deus.

(17) Portanto o Pai é Senhor, o Filho é Senhor, e o Espírito Santo é Senhor.

(18) Contudo, não há três Senhores, mas um só Senhor.

(19) Porque, assim como compelidos pela verdade cristã a confessar cada pessoa separadamente como Deus e Senhor; assim também somos proibidos pela religião universal de dizer que há três Deuses ou Senhores.

(20) O Pai não foi feito de ninguém, nem criado, nem gerado.

(21) O Filho procede do Pai somente, nem feito, nem criado, mas gerado.

(22) O Espírito Santo procede do Pai e do Filho, não feito, nem criado, nem gerado, mas procedente.

(23) Portanto, há um só Pai, não três Pais, um Filho, não três Filhos, um Espírito Santo, não três Espíritos Santos.

(24) E nessa Trindade nenhum é primeiro ou último; nenhum é maior ou menor.

(25) Mas todas as três pessoas coeternas são coiguais entre si; de modo que em tudo o que foi dito acima, tanto a unidade em trindade, como a trindade em unidade deve ser cultuada.

(26) Logo, todo aquele que quiser ser salvo deve pensar desse modo com relação à Trindade.

(27) Mas também é necessário para a salvação eterna, que se creia fielmente na encarnação do nosso Senhor Jesus Cristo.

(28) É, portanto, fé verdadeira, que creiamos e confessemos que nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo é tanto Deus como homem.

(29) Ele é Deus eternamente gerado da substância do Pai; homem nascido no tempo da substância da sua mãe.

(30) Perfeito Deus, perfeito homem, subsistindo de uma alma racional e carne humana.

(31) Igual ao Pai com relação à sua divindade, menor do que o Pai com relação à sua humanidade.

(32) O qual, embora seja Deus e homem, não é dois, mas um só Cristo.

(33) Mas um, não pela conversão da sua divindade em carne, mas por sua divindade haver assumido sua humanidade.

(34) Um, não, de modo algum, pela confusão de substância, mas pela unidade de pessoa.

(35) Pois assim como uma alma racional e carne constituem um só homem, assim Deus e homem constituem um só Cristo.

(36) O qual sofreu por nossa salvação, desceu ao Hades, ressuscitou dos mortos ao terceiro dia.

(37) Ascendeu ao céu, sentou à direita de Deus Pai onipotente, de onde virá para julgar os vivos e os mortos.

(38) Em cuja vinda, todos os homens ressuscitarão com seus corpos, e prestarão conta de suas obras.

(39) E aqueles que houverem feito o bem irão para a vida eterna; aqueles que houverem feito o mal, para o fogo eterno.

(40) Esta é a fé Universal, a qual a não ser que um homem creia firmemente nela, não pode ser salvo.

ARTIGO V

PRIMEIRA CONFISSÃO DE FÉ VALDENSE

1-9. ASPECTOS GERAIS

Os valdenses foram uma das primeiras denominações cristãs que antecederam a Reforma, ao lado dos albigenses e dos cátaros. Por conta da oposição ao papismo, atrelado ao Estado, numerosos valdenses pagaram com a própria vida para viverem a simplicidade do Evangelho. Elaborada em 1120 D.C., a Primeira Confissão de Fé Valdense reforça diversos pontos das confissões anteriores. Seu membro mais eminente foi o francês Pierre de Vaux.

1-10. TEXTO DA CONFISSÃO

(1) Cremos e mantemos firmemente tudo o que está contido nos doze artigos do símbolo comumente chamado de Credo Apostólico, e consideramos herética qualquer inconsistência com eles.

(2) Cremos que há um só Deus – o Pai, Filho e Espírito Santo.

(3) Reconhecemos como Escrituras Sagradas e canônicas os livros da Bíblia Sagrada.

(4) Os livros acima mencionados nos ensinam: que há um DEUS, todo-poderoso, ilimitado em sabedoria, infinito em bondade, e que, em Sua bondade, fez todas as coi-

sas. Porque Ele criou Adão à Sua própria imagem e semelhança. No entanto, por causa da inimizade do diabo e sua própria desobediência, Adão caiu, o pecado entrou no mundo, e nos tornamos transgressores em e por Adão.

(5) cremos que Cristo havia sido prometido aos pais que receberam a lei, a fim de que, conhecendo seu pecado pela lei, e sua injustiça e insuficiência, pudessem desejar a vinda de Cristo para realizar a satisfação por seus pecados, e cumprir a Lei por Ele mesmo.

(6) cremos que no tempo determinado pelo Pai, Cristo nasceu – em um tempo em que abundava a iniquidade, para manifestar que não era devido à nossa bondade, porque éramos pecadores, mas para que Ele, que é verdadeiro pudesse mostrar Sua graça e misericórdia a nós.

(7) Que Cristo é nossa vida, verdade, paz e justiça – nosso pastor e advogado, nosso sacrifício e sacerdote, quem morreu pela salvação de todo aquele que crê, e que ressuscitou para a justificação deles.

(8) E também cremos firmemente que não há outro mediador, ou advogado para com Deus o Pai senão Jesus Cristo. Com respeito à Virgem Maria, ela era santa, humilde e plena de graça; e isto também cremos com relação a todos os outros santos, que estão esperando no céu a ressurreição de seus corpos no dia do juízo.

(9) cremos também que, depois desta vida, existem apenas dois lugares – um para os que são salvos e outro para os condenados, aos quais chamamos paraíso e inferno, respectivamente. Negamos por completo o purgatório imaginário do Anticristo, inventado para se opor à verdade.

(10) Ademais, sempre temos considerado todas as invenções⁴ como uma abominação indizível diante de Deus; citamos os dias festivos e vigílias dos santos, a chamada “água benta”, o abster-se de carnes em certos dias e outras coisas parecidas; porém, sobre tudo isso, citamos as missas.

(11) Mantemo-nos contra todas as invenções humanas, como procedentes do Anticristo, as quais produzem angústia e são prejudiciais para a liberdade da mente.

(12) Consideramos os Sacramentos como sinais das coisas santas ou como emblemas das bênçãos invisíveis. cremos que justo e também necessário que os crentes se utilizem desses símbolos ou formas, quando possível. No entanto, sustentamos que os crentes podem ser salvos sem esses sinais, quando não dispõem do lugar ou da oportunidade de observá-los.

(13) Não aprovamos outros sacramentos [como instrução divina], à parte do Batismo e da Ceia do Senhor.

(14) Honramos os poderes seculares, com sujeição, obediência, prontidão e impostos.

⁴ Invenções religiosas, subentendido. (N. do E.).

CAPÍTULO 2

CONFISSÕES DE FÉ REFORMADAS – 1ª PARTE

ARTIGO I

CREDO DE LUTERO

2-1. ASPECTOS GERAIS

O credo de Lutero é uma reafirmação do Credo Apostólico e o de Niceia, numa versão bastante simplificada e didática.

2-2. TEXTO DO CREDO

(1) Creio em Deus, que criou a mim e a todas as criaturas, que me deu e que sustenta meu corpo com todos os seus membros e meu espírito com todas as suas faculdades; que me provê abundantemente alimento diário, vestimenta, habitação e tudo o que é necessário para a vida. Que me ampara contra todo perigo e me protege e guarda de todo o mal; e tudo isso o faz sem qualquer mérito ou dignidade de minha parte, mas por sua pura bondade e sua divina misericórdia. E isto é, com toda certeza, a verdade.

(2) Creio em Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, que é meu Senhor. Que remiu a mim, perdido e condenado, libertando-me do pecado, da morte e do poder do maligno, não com ouro ou prata, mas com seu sangue e com seu sofrimento e pela sua morte inocente, para que lhe pertença para sempre e viva uma vida nova com Ele mesmo, que ressuscitado dentre os mortos, vive e reina eternamente. E isto é, com toda certeza, a verdade.

(3) Creio que o Espírito Santo me chama pelo Evangelho, me ilumina com seus dons, me santifica, me mantém na verdadeira fé e na Igreja que Ele congrega de dia em

dia. É Ele também quem perdoa plenamente meus pecados, assim como aos de todos os que creem. É Ele quem, no último dia, me ressuscitará dentre os mortos e me dará, com todos os fiéis em Cristo, a vida eterna. E isto é, com toda certeza, a verdade.

ARTIGO II

CONFISSÃO DE FÉ BELGA

2-3. ASPECTOS GERAIS

Elaborada em 1531 pelo holandês Guy de Bray (1522-1567), a Confissão de Fé Belga também é chamada de Confissão da Valônia e foi originalmente endereçada ao rei católico Filipe II de Espanha como forma de demonstração das convicções reformadas de cristãos que não se opunham ao Estado nem à lei. O autor da Confissão de Fé Belga terminou seus dias sendo martirizado por enforcamento.

2-4. TEXTO DA CONFISSÃO

Artigo 1º: O ÚNICO DEUS

Todos nós cremos com o coração e confessamos com a boca que há um só Deus, um único e simples ser espiritual. Ele é eterno, incompreensível, invisível, imutável, infinito, todo-poderoso; totalmente sábio, justo e bom, e uma fonte muito abundante de todo bem.

Artigo 2º: COMO CONHECEMOS A DEUS

Nós O conhecemos por dois meios.

Primeiro: pela criação, manutenção e governo do mundo inteiro, visto que o mundo, perante nossos olhos, é como um livro formoso, em que todas as criaturas, grandes e pequenas, servem de letras que nos fazem contemplar "os atributos invisíveis de Deus", isto é: "o seu eterno poder e a sua divindade", como diz o apóstolo Paulo (Romanos 1:20). Todos estes atributos são suficientes para convencer os homens e torná-los indisculpáveis.

Segundo: Deus se fez conhecer, ainda mais clara e plenamente, por sua sagrada e divina Palavra, isto é, tanto quanto nos é necessário nesta vida, para sua glória e para a salvação dos que Lhe pertencem.

Artigo 3º: A PALAVRA DE DEUS

Confessamos que a palavra de Deus não foi enviada nem produzida "por vontade humana, mas homens falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo", como diz o apóstolo Pedro (2 Pedro 1:21).

Depois, Deus, por seu cuidado especial para conosco e para com a nossa salvação, mandou seus servos, os profetas e os apóstolos, escreverem sua palavra revelada. Ele mesmo escreveu com o próprio dedo as duas tábuas da lei.

Por isso, chamamos estas escritas: sagradas e divinas Escrituras.

Artigo 4º: OS LIVROS CANÔNICOS

A Sagrada Escritura consiste de dois volumes: O Antigo e o Novo Testamento, que são canônicos e não podem ser contraditos de forma alguma.

A Igreja de Deus reconhece a lista seguinte:

Os livros do Antigo Testamento:

Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio (os cinco livros de Moisés); Josué, Juizes, Rute, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, 1 e 2 Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantares; Isaías, Jeremias (com Lamentações), Ezequiel, Daniel (os quatro profetas maiores); Oseias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias (os doze profetas menores);

Os livros do Novo Testamento:

Mateus, Marcos, Lucas, João (os quatro evangelistas); Atos dos Apóstolos; Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1 e 2 Tessalonicenses, 1 e 2 Timóteo, Tito, Filemom (as treze epístolas do apóstolo Paulo); Hebreus, Tiago, 1 e 2 Pedro, 1, 2 e 3 João, Judas e Apocalipse.

Artigo 5º: A AUTORIDADE DA SAGRADA ESCRITURA

Recebemos todos estes livros, e somente estes, como sagrados e canônicos, para regular, fundamentar e confirmar nossa fé. Acreditamos, sem dúvida nenhuma, em tudo que eles contêm, não tanto porque a igreja aceita e reconhece estes livros como canônicos, mas principalmente porque o Espírito Santo testifica em nossos corações que eles vêm de Deus, como eles mesmos provam. Pois até os cegos podem sentir que as coisas, preditas neles, se cumprem.

Artigo 6º: A DIFERENÇA ENTRE OS LIVROS CANÔNICOS E APOCRIFOS

Distinguimos estes livros sagrados dos livros apócrifos que são os seguintes: 3 e 4 Esdras, Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, os Acréscimos ao livro de Ester e Daniel, a Oração de Manassés e 1 e 2 Macabeus.

A igreja pode, sim, ler estes livros e tirar deles ensino, na medida em que concordem com os livros canônicos. Porém, os apócrifos não têm tanto poder e autoridade que o testemunho deles possa confirmar qualquer artigo da fé ou da religião cristã; e muito menos podem eles diminuir a autoridade dos sagrados livros.

Artigo 7º: A SAGRADA ESCRITURA: PERFEITA E COMPLETA

Creemos que esta Sagrada Escritura contém perfeitamente a vontade de Deus e suficientemente ensina tudo o que o homem deve crer para ser salvo. Nela, Deus descreveu, por extenso, toda a maneira de servi-Lo. por isso, não é lícito aos homens, mesmo que fossem

apóstolos “ou um anjo vindo do céu”, conforme diz o apóstolo Paulo (Gálatas 1:8), ensinarem outra doutrina, senão aquela da Sagrada Escritura. É proibido “acrescentar algo a Palavra de Deus ou tirar algo dela” (Deuteronômio 12:32; Apocalipse 22:18,19). Assim se mostra claramente que sua doutrina é perfeitíssima e, em todos os sentidos, completa.

Não se pode igualar escritos de homens, por mais santos que fossem os autores, às Escrituras divinas. Nem se pode igualar à verdade de Deus costumes, opiniões da maioria, instituições antigas, sucessão de tempos ou de pessoas, ou concílios, decretos ou resoluções. Pois a verdade está acima de tudo e todos os homens são mentirosos (Salmo 116:11) e “mais leves que a vaidade” (Salmo 62:9).

Por isso, rejeitamos, de todo o coração, tudo que não está de acordo com esta regra infalível, conforme os apóstolos nos ensinaram: “Provai os espíritos se procedem de Deus” (1 João 4:1), e: “Se alguém vem ter convosco e não traz esta doutrina, não o recebeis em casa” (2 João 10).

Artigo 8º: A TRINDADE: UM SÓ DEUS, TRÊS PESSOAS

Conforme esta verdade e esta palavra de Deus, cremos em um só Deus, que é um único ser, em que há três Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Estas são, realmente e desde a eternidade, distintas conforme os atributos próprios de cada Pessoa.

O Pai é a causa, a origem e o princípio de todas as coisas visíveis e invisíveis. O Filho é o Verbo, a sabedoria e a imagem do Pai. O Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, é a eterna força e o poder.

Esta distinção não significa que Deus está dividido em três. Pois a Sagrada Escritura nos ensina que cada um destes três, o Pai e o Filho e o Espírito Santo, tem sua própria existência, distinta por seus atributos, de tal maneira, porém, que estas três pessoas são um só Deus. É claro, então, que o Pai não é o Filho e que o Filho não é o Pai; que, também, o Espírito Santo não é o Pai ou o Filho.

Entretanto, estas Pessoas, assim distintas, não são divididas nem confundidas entre si. Porque somente o Filho se tornou homem, não o Pai ou o Espírito Santo. O Pai jamais existiu sem seu Filho e sem seu Espírito Santo, pois todos os três têm igual eternidade, no mesmo ser. Não há primeiro nem último, pois todos os três são um só em verdade, em poder, em bondade e em misericórdia.

Artigo 9º: O TESTEMUNHO DA ESCRITURA SOBRE A TRINDADE

Tudo isto sabemos tanto pelo testemunho da Sagrada Escritura, como pelas obras das três Pessoas, principalmente por aquelas que percebemos em nós. Os testemunhos das Sagradas Escrituras, que nos ensinam a crer nesta Trindade, se acham em muitos lugares do Antigo Testamento. Não é preciso alistá-los, somente escolhê-los cuidadosamente. Em Gênesis 1:26 e 27, Deus diz: “Façamos o homem a nossa imagem, conforme a nossa semelhança” etc. “Criou Deus, pois, o homem a sua imagem; homem e mulher os criou”.

Assim também em Gênesis 3:22: “Eis que o homem se tornou como um de nós”. Com isto se mostra que há mais de uma pessoa em Deus, porque Ele diz: “Façamos o homem a nossa imagem”; e, em seguida, Ele indica que há um só Deus, quando diz: “Deus criou”. É

verdade que Ele não diz quantas pessoas há, mas o que é um tanto obscuro, para nós, no Antigo Testamento, é bem claro no Novo. Pois quando nosso Senhor foi batizado no rio Jordão, ouviu-se a voz do Pai, que falou: “Este é o meu filho amado” (Mateus 3:17); enquanto o Filho foi visto na água e o Espírito Santo se manifestou em forma de pomba.

Além disto, Cristo instituiu, para o batismo de todos os fiéis, esta forma: Batizai todas as nações “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mateus 28:19). No evangelho segundo Lucas, o anjo Gabriel diz a Maria, mãe do Senhor: “Descerá sobre ti o Espírito Santo e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso também o ente santo que há de nascer, será chamado Filho de Deus” (Lucas 1:35). Do mesmo modo: “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós” (2 Coríntios 13:13). Em todos estes lugares, nos é ensinado que há três Pessoas em um só ser divino. E embora esta doutrina ultrapasse o entendimento humano, cremos nela, baseados na Palavra, e esperamos gozar de seu pleno conhecimento e fruto no céu.

Devemos considerar, também, a obra própria que cada uma destas três Pessoas efetua em nós: o Pai é chamado nosso Criador, por seu poder; o Filho é nosso Salvador e Redentor, por seu sangue; o Espírito Santo é nosso Santificador, porque habita em nosso coração.

A verdadeira igreja sempre tem mantido esta doutrina da Trindade, desde os *dies* dos apóstolos até hoje, contra os judeus, os muçulmanos e falsos cristãos e hereges como Marcião, Mani, Práxeas, Sabélio, Paulo de Samósata, Ário e outros. A igreja antiga os condenou, com toda a razão. por isso, nesta matéria, aceitamos, de boa vontade, os três Credos ecumênicos, a saber: o Apostólico, o Niceno e o Atanasiano; e também o que a igreja antiga determinou em conformidade com estes credos.

Artigo 10: JESUS CRISTO É DEUS

Cremos que Jesus Cristo, segundo sua natureza divina, é o único Filho de Deus, gerado desde a eternidade. Ele não foi feito, nem criado – pois, assim, Ele seria uma criatura, – mas é de igual substância do pai, coeterno: “o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser” (Hebreus 1:3), igual a Ele em tudo.

Ele é o Filho de Deus, não somente desde que assumiu nossa natureza, mas desde a eternidade, como os seguintes testemunhos nos ensinam, ao serem comparados uns aos outros:

Moisés diz que Deus criou o mundo, e o apóstolo João diz que todas as coisas foram feitas por intermédio do Verbo que ele chama Deus. O apóstolo diz que Deus fez o universo por seu Filho e, também, que Deus criou todas as coisas por meio de Jesus Cristo. Segue-se necessariamente que aquele que é chamado Deus, o Verbo, o Filho e Jesus Cristo, já existia, quando todas as coisas foram criadas por Ele. O profeta Miqueias, portanto, diz: “Suas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade” (Miqueias 5:2); e a carta aos Hebreus testemunha: “Ele não teve princípio de dias, nem fim de existência” (Hebreus 7:3).

Assim, Ele é o verdadeiro, eterno Deus, o Todo-poderoso, a quem invocamos, adoramos e servimos.

Artigo 11: O ESPÍRITO SANTO É DEUS

Creemos e confessamos, também, que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, desde a eternidade. Ele não foi feito, nem criado, nem gerado; mas procede de ambos.

Na ordem, Ele é a terceira pessoa da Trindade, de igual substância, majestade e glória do Pai e do Filho, verdadeiro e eterno Deus, como nos ensinam as Sagradas Escrituras.

Artigo 12: A CRIAÇÃO DO MUNDO; OS ANJOS

Creemos que o Pai, por seu Verbo – quer dizer: por seu Filho –, criou, do nada, o céu, a terra e todas as criaturas, quando bem Lhe aprouve. A cada criatura Ele deu sua própria natureza e forma e sua própria função para servir ao seu Criador. Também, Ele ainda hoje sustenta todas essas criaturas e as governa segundo sua eterna providencia e por seu infinito poder, para elas servirem ao homem, a fim de que o homem sirva a seu Deus.

Ele também criou bons os anjos para serem seus mensageiros e servirem aos eleitos. Alguns deles caíram na eterna perdição, da posição excelente em que Deus os tinha criado, mas os outros, pela graça de Deus, perseveraram e continuaram em sua primeira posição. Os demônios e os espíritos malignos são tão corrompidos que são inimigos de Deus e de todo o bem. Como assassinos, com toda a sua força, estão à espreita da igreja e de cada um de seus membros, para demolir e destruir tudo com sua astúcia. Por isso, por causa de sua própria malícia, estão condenados à maldição eterna e aguardam, a cada dia, seus tormentos terríveis.

Neste ponto, rejeitamos e detestamos o erro dos saduceus que negam a existência de espíritos e de anjos; também o erro dos maniqueus que dizem que os demônios têm sua origem em si mesmos e são maus por natureza; eles negam que os demônios se corromperam.

Artigo 13: A PROVIDÊNCIA DE DEUS

Creemos que o bom Deus, depois de ter criado todas as coisas, não as abandonou, nem as entregou ao acaso ou a sorte, mas que as dirige e governa conforme sua santa vontade, de tal maneira que neste mundo nada acontece sem sua determinação. Contudo, Deus não é o autor, nem tem culpa do pecado que se comete. Pois seu poder e bondade são tão grandes e incompreensíveis, que Ele ordena e faz sua obra muito bem e com justiça, mesmo que os demônios e os ímpios ajam injustamente. E as obras Dele que ultrapassam o entendimento humano, não queremos investigá-las curiosamente, além da nossa capacidade de entender. Mas, adoramos humilde e piedosamente a Deus em seus justos julgamentos, que nos estão escondidos. Contentamo-nos em sermos discípulos de Cristo, a fim de que aprendamos somente o que Ele nos ensina na sua Palavra, sem ultrapassar estes limites.

Este ensino nos traz um inexprimível consolo, quando aprendemos dele, que nada nos acontece por acaso, mas pela determinação de nosso bondoso Pai celestial. Ele nos protege com um cuidado paternal, dominando todas as criaturas de tal modo que nenhum

cabelo - pois estes estão todos contados- e nenhum pardal cairão em terra sem o consentimento de nosso Pai (Mateus 10:29,30). Confiamos nisto, pois sabemos que Ele reprime os demônios e todos os nossos inimigos, e que eles, sem sua permissão, não nos podem prejudicar. Por isso, rejeitamos o detestável erro dos epicureus, que dizem que Deus não se importa com nada e entrega tudo ao acaso.

Artigo 14: A CRIAÇÃO DO HOMEM. SUA QUEDA E SUA INCAPACIDADE DE FAZER O BEM

Creemos que Deus criou o homem do pó da terra, e o fez e formou conforme sua imagem e semelhança: bom, justo e santo, capaz de concordar, em tudo, com a vontade de Deus. Mas, quando o homem estava naquela posição excelente, ele não a valorizou e não a reconheceu. Dando ouvidos às palavras do diabo, submeteu-se por livre vontade ao pecado e assim à morte e à maldição. Pois transgrediu o mandamento da vida, que tinha recebido e, pelo pecado, separou-se de Deus, que era sua verdadeira vida. Assim ele corrompeu toda a sua natureza e mereceu a morte corporal e espiritual.

Tornando-se ímpio, perverso e corrupto em todas as suas práticas, ele perdeu todos os dons excelentes, que tinha recebido de Deus. Nada lhe sobrou destes dons, senão pequenos traços, que são suficientes para deixar o homem sem desculpa. Pois toda a luz em nós se tornou em trevas como nos ensina a Escritura: “A luz resplandece nas trevas, e as trevas não prevaleceram contra ela” (João 1:5). Aqui o apóstolo João chama os homens “trevas”. Por isso, rejeitamos todo o ensino contrário, sobre o livre-arbítrio do homem, porque o homem somente é escravo do pecado e “não pode receber coisa alguma se do céu não lhe for dada” (João 3:27). Pois quem se gloriará de fazer alguma coisa boa pela própria força, se Cristo diz: “Ninguém pode vir a mim se o Pai que me enviou não o trouxer” (João 6:44)? Quem falará sobre sua própria vontade sabendo que “o pendor da carne é inimizado contra Deus” (Romanos 8:7)? Quem ousará vangloriar-se sobre seu próprio conhecimento, reconhecendo que “o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus” (1 Coríntios 2:14)? Em resumo: quem apresentará um pensamento sequer, admitindo que não somos “capazes de pensar alguma coisa como se partisse de nós”, mas que “a nossa suficiência vem de Deus” (2 Coríntios 3:5)?

Por isso, devemos insistir nesta palavra do apóstolo: “Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua vontade” (Filipenses 2:13). Pois, somente o entendimento ou a vontade que Cristo opera no homem, está em conformidade com o entendimento e vontade de Deus, como Ele ensina: “Sem mim nada podeis fazer” (João 15:5).

Artigo 15: O PECADO ORIGINAL

Creemos que, pela desobediência de Adão, o pecado original se estendeu por todo o gênero humano. Este pecado é uma depravação de toda a natureza humana e um mal hereditário, com que até as crianças no ventre de suas mães estão contaminadas. É a raiz que produz no homem todo tipo de pecado. Por isso, é tão repugnante e abominável diante de Deus que é suficiente para condenar o gênero humano.

Nem pelo batismo o pecado original é totalmente anulado ou destruído, porque o pecado sempre jorra desta depravação como água corrente de uma fonte contaminada. O pecado original, porém, não é atribuído aos filhos de Deus para condená-los, mas é perdoado pela graça e misericórdia de Deus. Isto não quer dizer que eles podem continuar descuidadamente numa vida pecaminosa. Pelo contrário, os fiéis, conscientes desta depravação, devem aspirar a livrar-se do corpo dominado pela morte (Romanos 7:24).

Neste ponto rejeitamos o erro do pelagianismo, que diz que o pecado é somente uma questão de imitação.

Artigo 16: ELEIÇÃO ETERNA POR DEUS

Creemos que Deus, quando o pecado do primeiro homem lançou Adão e toda a sua descendência na perdição mostrou-se como Ele é, a saber: misericordioso e justo. Misericordioso, porque Ele livra e salva da perdição aqueles que Ele em seu eterno e imutável conselho, somente pela bondade, elegeu em Jesus Cristo nosso Senhor, sem levar em consideração obra alguma deles. Justo, porque Ele deixa os demais na queda e perdição, em que eles mesmos se lançaram.

Artigo 17: O SALVADOR, PROMETIDO POR DEUS

Creemos que nosso bom Deus, vendo que o homem havia se lançado assim na morte corporal e espiritual e se havia feito totalmente miserável, foi pessoalmente em busca do homem, quando este, tremendo, fugia de sua presença. Assim Deus mostrou sua maravilhosa sabedoria e bondade. Ele confortou o homem com a promessa de lhe dar seu Filho, que nasceria de uma mulher (Gálatas 4:4) a fim de esmagar a cabeça da serpente (Gênesis 3:15) e de tornar feliz o homem.

Artigo 18: A ENCARNAÇÃO DO FILHO DE DEUS

Confessamos, então, que Deus cumpriu a promessa, feita aos pais antigos pela boca dos seus santos profetas, quando enviou ao mundo seu próprio, único e eterno Filho, no tempo determinado por Ele. Este assumiu a forma de servo e tornou-se semelhante aos homens (Filipenses 2:7), tomando realmente a verdadeira natureza humana com todas as suas fraquezas, mas sem o pecado. Foi concebido no ventre da bem aventurada virgem Maria, pelo poder do Espírito Santo, sem intervenção do homem. E não somente tomou a natureza humana quanto ao corpo, mas também a verdadeira alma humana, para que fosse um verdadeiro homem. Pois, estando perdidos tanto a alma como o corpo, Ele devia tomar ambos para salvá-los.

Por isso, confessamos (contra a heresia dos anabatistas que negam que Cristo tomou a natureza de sua mãe), que Cristo participou do sangue e da carne dos filhos de Deus (Hebreus 2:14); que Ele: “segundo a carne, veio da descendência de Davi” (Romanos 1:3); fruto do ventre de Maria (Lucas 1:42); nascido de uma mulher (Gálatas 4:4); rebento de Davi (Jeremias 33:15; Atos 2:30); renovo da raiz de Jessé (Isaías 11:1); bro-

tado de Judá (Hebreus 7:14); descendente dos judeus, segundo a carne (Romanos 9:5); da descendência de Abraão, tornando-se semelhante aos irmãos em tudo, mas sem pecado (Hebreus 2:16,17; 4:15).

Assim Ele é, na verdade, nosso Emanuel, isto é: Deus conosco (Mateus 1:23).

Artigo 19: AS DUAS NATUREZAS DE CRISTO

Creemos que, por esta concepção, a pessoa do Filho está unida e conjugada inseparavelmente, com a natureza humana. Não há, então, dois filhos de Deus, nem duas pessoas, mas duas naturezas, unidas numa só pessoa, mantendo cada uma delas suas características distintas. A natureza divina permaneceu não criada, sem início, nem fim de vida (Hebreus 7:3), preenchendo céu e terra. Do mesmo modo a natureza humana não perdeu suas características, mas permaneceu criatura, tendo início, sendo uma natureza finita e mantendo tudo o que é próprio de um verdadeiro corpo. E ainda que, por meio da sua ressurreição, Cristo tenha concedido imortalidade a sua natureza humana, Ele não transformou a realidade da mesma, pois nossa salvação e ressurreição dependem também da realidade de seu corpo.

Estas duas naturezas, porém, estão unidas numa só pessoa de tal maneira que nem por sua morte foram separadas. Ao morrer, Ele entregou, então, nas mãos de seu Pai um verdadeiro Espírito humano, que saiu de seu corpo, entretanto, a natureza divina sempre continuou unida a humana, mesmo quando Ele jazia no sepulcro. A divindade não cessou de estar Nele, assim como estava Nele quando era criança, embora, por algum tempo, não se tivesse manifestado.

Por isso, confessamos que Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem: verdadeiro Deus a fim de vencer a morte por seu poder; verdadeiro homem a fim de morrer por nós na fraqueza de sua carne.

Artigo 20: A JUSTIÇA E A MISERICÓRDIA DE DEUS EM CRISTO

Creemos que Deus, perfeitamente misericordioso e justo, enviou seu Filho para assumir a natureza humana em que foi cometida a desobediência. Nesta natureza, Ele satisfaz a Deus, carregando o castigo pelos pecados, através de seu mui amargo sofrimento e morte. Assim Deus provou sua justiça sobre seu Filho, quando carregou sobre Ele nossos pecados e derramou sua bondade e misericórdia sobre nós, culpados e dignos da condenação. Por amor perfeitíssimo, Ele entregou seu Filho à morte, por nós, e O ressuscitou para nossa justificação, a fim de que, por Ele, tivéssemos a imortalidade e a vida eterna.

Artigo 21: A SATISFAÇÃO POR CRISTO

Creemos que Jesus Cristo é um eterno Sumo Sacerdote, segundo a ordem de Melquisedeque, o que Deus confirmou por juramento. Perante seu Pai e para apaziguar-Lhe a ira, Ele se apresentou em nosso nome, por satisfação própria, sacrificando-se a si mesmo e derramando seu precioso sangue, para purificação dos nossos pecados, conforme os profetas predisseram.

Pois, está escrito que “o castigo que nos traz a paz estava sobre” o Filho de Deus e que “pelas suas pisaduras fomos sarados”; “como cordeiro foi levado ao matadouro”; “foi contado com os transgressores” (Isaías 53: 5,7,12); e como criminoso foi condenado por Pôncio Pilatos embora este o tivesse declarado inocente. Assim, então, restituiu o que não tinha furtado (Salmo 69:4), e sofreu: “o justo pelos injustos” (1 Pedro 3:18), tanto no seu corpo como na sua alma, de maneira que sentiu o terrível castigo que os nossos pecados mereceram. Assim “o seu suor se tornou como gotas de sangue caindo sobre a terra” (Lucas 22:44). Ele “clamou em alta voz: Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Mateus 27:46) e padeceu tudo para a remissão dos nossos pecados.

Por isso, dizemos, com razão, junto com Paulo que não sabemos outra coisa: “senão Jesus Cristo, e este crucificado” (1 Coríntios 2:2). Consideramos “tudo como perda por causa da sublimidade do conhecimento de Cristo Jesus”, nosso Senhor (Filipenses 3:8). Encontramos toda consolação em seus ferimentos e não precisamos buscar ou inventar qualquer outro meio para nos reconciliarmos com Deus: “porque com uma única oferta aperfeiçoou para sempre quantos estão sendo santificados” (Hebreus 10:14). Por isso, o anjo de Deus O chamou Jesus, quer dizer: Salvador, porque ia salvar “o seu povo dos pecados deles” (Mateus 1:21).

Artigo 22: A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ EM CRISTO

Creemos que, para obtermos verdadeiro conhecimento desse grande mistério, o Espírito Santo acende, em nosso coração, verdadeira fé. Esta fé abraça Jesus Cristo com todos os seus méritos, apropria-se Dele e nada mais busca fora Dele. Pois das duas, uma: ou não se ache em Jesus Cristo tudo o que é necessário para nossa salvação, ou tudo se acha Nele, e, então, aquele que possui Jesus Cristo pela fé, tem a salvação completa. Dizer porém que Cristo não é suficiente, mas que, além Dele, algo mais é necessário, significaria uma blasfêmia horrível. Pois Cristo seria apenas um salvador incompleto.

Por isso, dizemos, com razão, junto com o apóstolo Paulo, que somos justificados somente pela fé, ou pela fé sem as obras (Romanos 3:28). Entretanto, não entendemos isto como se a própria fé nos justificasse, mas ela é somente o instrumento com que abraçamos Cristo, nossa justiça. Mas Jesus Cristo, atribuindo-nos todos os seus méritos e tantas obras santas, que fez por nós e em nosso lugar, é nossa justiça. E a fé é o instrumento que nos mantém com Ele na comunhão de todos os seus benefícios. Estes, uma vez dados a nós, são mais que suficientes para nos absolver dos pecados.

Artigo 23: NOSSA JUSTIÇA PERANTE DEUS EM CRISTO

Creemos que nossa verdadeira felicidade consiste no perdão dos pecados, por causa de Jesus Cristo, e que isto significa para nós a justiça perante Deus. Assim nos ensinam Davi e Paulo, declarando: “Bem-aventurado o homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras” (Romanos 4:6; Salmo 32:2). E o mesmo apóstolo diz que somos “justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus” (Romanos 3: 24).

Portanto, perseveramos neste fundamento, dando toda a glória a Deus, humilhando-nos e reconhecendo que nós, homens, somos maus. Não nos vangloriamos, de nenhuma maneira, de nós mesmos ou de nossos méritos. Somente nos apoiamos e repousamos na obediência do Cristo crucificado. Esta obediência é nossa se cremos Nele. Ela é suficiente para cobrir todas as nossas iniquidades. Ela liberta nossa consciência de temor, perplexidade e espanto e, assim, nos dá ousadia de aproximarmos-nos de Deus, sem fazermos como nosso primeiro pai Adão que, tremendo, quis cobrir-se com folhas de figueira. E, certamente, se tivéssemos que comparecer perante Deus, apoiando-nos, por pouco que fosse, em nós mesmos ou em qualquer outra criatura – aí de nós –, pereceríamos. Por isso, cada um deve dizer com Davi: “Ó Senhor, não entres em juízo com o teu servo, porque a tua vista não há justo nenhum vivente” (Salmo 143:2).

Artigo 24: A SANTIFICAÇÃO

Cremos que a verdadeira fé, tendo sido acesa no homem pelo ouvir da Palavra de Deus e pela obra do Espírito Santo, regenera o homem e o torna um homem novo. Esta verdadeira fé o faz viver na vida nova e o liberta da escravidão do pecado.

Por isso, é impossível que esta fé justificadora leve os homens a se descuidarem da vida piedosa e santa. Pelo contrário, sem esta fé jamais farão alguma coisa por amor a Deus, mas somente por amor a si mesmos e por medo de serem condenados. É impossível, portanto, que esta fé permaneça no homem sem frutos. Pois, não falamos de uma fé vã, mas da fé, de que a Escritura diz que “atua pelo amor” (Gálatas 5:6). Ela move o homem a exercitar-se nas obras que Deus mandou na sua Palavra. Estas obras, se procedem da boa raiz da fé; são boas e agradáveis a Deus, porque todas elas são santificadas por sua graça.

Entretanto, elas não são levadas em conta para nos justificar. Porque é pela fé em Cristo que somos justificados, mesmo antes de fazermos boas obras. De outro modo, estas obras não poderiam ser boas, assim como o fruto da árvore não pode ser bom, se a árvore não for boa.

Então, fazemos boas obras, mas não para merecermos algo. Pois, que mérito poderíamos ter? Antes, somos devedores a Deus pelas boas obras que fazemos e não Ele a nós. Pois: “Deus e quem efetua em” nós “tanto o querer como o realizar, segundo sua boa vontade” (Filipenses 2:13). Então, levemos a sério o que está escrito: “Assim também vós, depois de haverdes feito quanto vos foi ordenado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer” (Lucas 17:10). Contudo, não queremos negar que Deus recompensa as boas obras; mas, por sua graça, Ele coroa seus próprios dons.

E, em seguida, mesmo que façamos boas obras, nelas não fundamentamos nossa salvação. Porque, por sermos pecadores, não podemos fazer obra alguma que não esteja contaminada e não mereça ser castigada. E, ainda que pudéssemos produzir uma só boa obra, a lembrança de um só pecado bastaria para torná-la rejeitável perante Deus. Assim, sempre duvidaríamos, levados de um lado para o outro, sem certeza alguma, e nossa pobre consciência estaria sempre aflita, a não ser que se apoiasse no mérito do sofrimento e da morte de nosso Salvador.

Artigo 25: CRISTO, O CUMPRIMENTO DA LEI

Creemos que as cerimônias e figuras da lei terminaram com a vinda de Cristo e que, assim, todas as sombras chegaram ao fim. Por isso, os cristãos não devem mais usá-las. Contudo, para nós, sua verdade e substância permanecem em Cristo Jesus, em quem têm seu cumprimento.

Entretanto, ainda usamos os testemunhos da Lei e dos Profetas para confirmarmos no Evangelho e, também, para regularmos nossa vida em toda honestidade, para a glória de Deus, conforme sua vontade.

Artigo 26: CRISTO, NOSSO ÚNICO ADVOGADO

Creemos que nenhum acesso temos a Deus, senão pelo único Mediador e Advogado Jesus Cristo, o Justo. Porque Ele se tornou homem e uniu as naturezas divina e humana, para que nós, homens, tivéssemos acesso à majestade divina. De outro modo, nenhum acesso teríamos. Mas este Mediador que o Pai constituiu entre Ele e nós, não nos deve assustar por sua grandeza, a ponto de fazer-nos procurar um outro, conforme nossa própria vontade. Porque não há ninguém, nem no céu, nem na terra, entre as criaturas, que nos ame mais que Jesus Cristo. "Pois ele, subsistindo em forma de Deus... a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens" por nós: "em todas as coisas... semelhante aos irmãos" (Filipenses 2:6,7; Hebreus 2:17).

Agora, se tivéssemos que buscar outro mediador que nos fosse favorável, quem poderíamos encontrar que mais nos amasse senão Ele que entregou sua vida por nós, sendo nós ainda inimigos (Romanos 5:8,10)? E se tivéssemos que buscar alguém que tivesse poder e estima, quem os teria tanto quanto Ele que está sentado a direita de seu Pai, e que tem "toda a autoridade... no céu e na terra" (Mateus 28:18)? E quem será ouvido antes do que o próprio bem-amado Filho de Deus?

Foi, então, somente falta de confiança que levou os homens ao costume de desonrar os santos em vez de honrá-los. Pois fazem o que estes santos jamais fizeram ou desejaram, mas sempre rejeitaram conforme era seu dever, como mostram seus escritos.

Aqui não se deve alegar que não somos dignos; pois não apresentamos as orações a Deus em razão de nossa dignidade, mas somente pela excelência e dignidade de nosso Senhor Jesus Cristo, cuja justiça é a nossa, mediante a fé. Por isso, a Escritura nos diz, querendo tirar de nós esse tolo receio, ou antes, essa falta de confiança, que Jesus Cristo tornou-se "em todas as coisas... semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas referentes a Deus, e para fazer propiciação pelos pecados do povo. Pois naquilo que ele mesmo sofreu, tendo sido tentado, é poderoso para socorrer os que são tentados" (Hebreus 2:17,18). E a Escritura diz também, para animar-nos ainda mais a ir para Ele: "Tendo, pois, a Jesus, o Filho de Deus, como grande sumo sacerdote que entrou nos céus, conservemos firmes a nossa confissão. Porque não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas, antes foi ele tentado em todas as coisas, a nossa semelhança, mas sem pecado. Acheguemo-nos, portanto,

confiadamente, junto ao trono da graça, a fim de recebermos misericórdia e acharmos graça para socorro em ocasião oportuna” (Hebreus 4:14-16). A Escritura diz ainda: “Tendo, pois, irmãos, intrepidez para entrar no Santo dos santos, pelo sangue de Jesus... aproximemo-nos... em plena certeza de fé etc.”. (Hebreus 10:19-22). E também: Cristo “tem o seu sacerdócio imutável. Por isso, também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles” (Hebreus 7:24,25).

Então, do que precisamos mais, visto que o próprio Cristo declara: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (João 14:6)? Por que buscaríamos outro advogado visto que agradou a Deus nos dar seu Filho como Advogado? Não O abandonemos para buscar outro que nunca encontraremos. Pois quando Deus O deu a nós, bem sabia que éramos pecadores.

Por isso, conforme o mandamento de Cristo, invocamos o Pai celestial mediante Cristo, nosso único Mediador, como nos foi ensinado na oração do Senhor. E temos a certeza de que o Pai nos concederá tudo o que Lhe pedirmos em nome de Cristo⁴ (João 16:23).

Artigo 27: A IGREJA CATÓLICA OU UNIVERSAL

Creemos e confessamos uma só igreja católica ou universal. Ela é uma santa congregação e assembleia dos verdadeiros crentes em Cristo, que esperam toda a sua salvação de Jesus Cristo³, lavados pelo sangue Dele, santificados e selados pelo Espírito Santo.

Esta igreja existe desde o princípio do mundo e existirá até o fim. Pois, Cristo é um Rei eterno, que não pode estar sem súditos. Esta santa igreja é mantida por Deus contra o furor do mundo inteiro, mesmo que ela, às vezes, por algum tempo, seja muito pequena e na opinião dos homens, quase desaparecida. Assim, Deus guardou para si, na perigosa época de Acabe, sete mil homens, que não tinham dobrado os joelhos a Baal.

Esta santa igreja também não está situada, fixada ou limitada em certo lugar, ou ligada a certas pessoas, mas ela está espalhada e dispersa pelo mundo inteiro. Contudo, está integrada e unida, de coração e vontade, no mesmo Espírito, pelo poder da fé.

Artigo 28: O DEVER DE JUNTAR-SE À IGREJA

Esta santa assembleia é a congregação daqueles que são salvos, e fora dela não há salvação. Creemos, então, que ninguém, qualquer que seja a posição ou qualidade, deve viver afastado dela e contentar-se com sua própria pessoa. Mas cada um deve se juntar e se reunir a ela, mantendo a unidade da igreja, submetendo-se a sua instrução e disciplina, curvando-se diante do jugo de Jesus Cristo e servindo para a edificação dos irmãos, conforme os dons que Deus concedeu a todos, como membros do mesmo corpo.

Para observar melhor tudo isto, o dever de todos os fiéis é, conforme a Palavra de Deus, separar-se daqueles que não pertencem a igreja, e juntar-se a esta assembleia em todo lugar onde Deus a tenha estabelecido. Este dever deve ser cumprido, mesmo que os governos e as leis das autoridades o contrariem e mesmo que a morte ou a pena corporal sejam a consequência disto.

Por isso, todos os que se separam desta igreja ou não se juntam a ela, contrariam a ordem de Deus.

Artigo 29: AS MARCAS DA VERDADEIRA IGREJA, DE SEUS MEMBROS E DA FALSA IGREJA

Creemos que se deve discernir diligentemente e com muito cuidado, pela Palavra de Deus, qual é a verdadeira igreja, visto que todas as seitas, que atualmente existem no mundo, se chamam igreja, mas sem razão. Não falamos aqui dos hipócritas que, na igreja, se acham entre os sinceros fiéis; contudo, não pertencem à igreja, embora sejam membros dela. Mas queremos dizer que se deve distinguir o corpo e a comunhão da verdadeira igreja, de todas as seitas que se dizem igreja.

As marcas para conhecer a verdadeira igreja são estas: ela mantém a pura pregação do Evangelho, a pura administração dos sacramentos como Cristo os instituiu, e o exercício da disciplina eclesiástica para castigar os pecados. Em resumo: ela se orienta segundo a pura Palavra de Deus, rejeitando todo o contrário a esta Palavra e reconhecendo Jesus Cristo como o único Cabeça. Assim, com certeza, se pode conhecer a verdadeira igreja; e a ninguém convém separar-se dela.

Aqueles que pertencem à igreja podem ser conhecidos pelas marcas dos cristãos, a saber: pela fé e pelo fato de que eles, tendo aceitado Jesus Cristo como único Salvador, fogem do pecado e seguem a justiça, amando Deus e seu próximo, não se desviando para a direita nem para a esquerda e crucificando a carne, com as obras dela. Isto não quer dizer, porém, que eles não têm ainda grande fraqueza, mas, pelo Espírito, combatem-na, em todos os dias de sua vida, e sempre recorrem ao sangue, à morte, ao sofrimento e à obediência do Senhor Jesus. Nele eles têm a remissão dos pecados, pela fé.

Quanto à falsa igreja, ela atribui mais poder e autoridade a si mesma e a seus regulamentos do que à Palavra de Deus e não quer submeter-se ao jugo de Cristo. Ela não administra os sacramentos como Cristo ordenou em sua Palavra, mas acrescenta ou elimina o que lhe convém. Ela se baseia mais nos homens que em Cristo. Ela persegue aqueles que vivem de maneira santa, conforme a Palavra de Deus, e que lhe repreendem os pecados, a avareza e a idolatria.

É fácil conhecer estas duas igrejas e distingui-las uma da outra.

Artigo 30: O GOVERNO DA IGREJA

Creemos que esta verdadeira igreja deve ser governada conforme a ordem espiritual, que nosso Senhor nos ensinou na sua Palavra. Deve haver ministros ou pastores para pregarem a Palavra de Deus e administrarem os sacramentos; deve haver também presbíteros e diáconos para formarem, com os pastores, o conselho da igreja. Assim, eles devem manter a verdadeira religião e fazer com que a verdadeira doutrina seja propagada, que os transgressores sejam castigados e contidos, de forma espiritual, e que os pobres e os aflitos recebam ajuda e consolação, conforme necessitam.

Desta maneira, tudo procederá, na igreja, em boa ordem, quando forem eleitas pessoas fiéis, conforme a regra do apóstolo Paulo na carta a Timóteo.

Artigo 31: OS OFÍCIOS NA IGREJA

Creemos que os ministros da palavra de Deus, os presbíteros e os diáconos devem ser escolhidos para seus ofícios, mediante eleição legítima pela igreja, sob invocação do nome de Deus e em boa ordem, conforme a palavra de Deus ensina.

Por isso, cada membro deve cuidar para não se apoderar do ofício por meios ilícitos, mas deve esperar a hora em que é chamado por Deus, a fim de ter, assim, a certeza de que sua vocação vem do Senhor.

Quanto aos ministros da Palavra, eles têm, onde quer que estejam, igual poder e autoridade, porque todos são servos de Jesus Cristo, o único Bispo universal e o único Cabeça da igreja.

Além disto, a santa ordem de Deus não pode ser violada ou desprezada. Dizemos, portanto, que cada um deve ter respeito especial pelos ministros da Palavra e presbíteros da igreja, em razão do trabalho que realizam. Cada um deve viver em paz com eles, tanto quanto possível, sem murmuração, contenda ou discórdia.

Artigo 32: A ORDEM E A DISCIPLINA DA IGREJA

Creemos que os que governam a igreja devem cuidar para não se desviarem do que Cristo, nosso único Mestre, nos ordenou; embora seja útil e bom que, entre eles, se estabeleça e conserve determinada ordem para manter o corpo da igreja.

Por isso, rejeitamos todas as invenções humanas e todas as leis que se queiram introduzir para servir a Deus, mas que venham, de qualquer maneira, comprometer e constranger a consciência. Aceitamos, então, somente o que serve para promover e guardar a concórdia e a unidade e para manter tudo na obediência a Deus.

Esta ordem (caso desobedecida exige a excomunhão), feita conforme a Palavra de Deus, com todas as suas consequências.

Artigo 33: OS SACRAMENTOS

Creemos que nosso bom Deus, atento à nossa ignorância e fraqueza, instituiu os sacramentos, a fim de nos selar suas promessas e nos conceder penhores de sua benevolência e graça para conosco e, também, alimentar e sustentar nossa fé. Ele acrescentou os sacramentos à palavra do Evangelho para melhor apresentar aos nossos sentidos tanto o que Ele nos declara por sua Palavra, como o que Ele opera em nossos corações.

Assim, Ele confirma a salvação de que nos fez participar. Pois os sacramentos são visíveis sinais e selos de uma realidade interna e invisível. Através deles, Deus opera em nós, pelo poder do Espírito Santo. Por isso, os sinais não são vãos nem vazios para nos enganar, porque Jesus Cristo é a verdade deles e, sem Ele, nada seriam.

Além disto, nos contentamos com o número dos sacramentos que Cristo, nosso Mestre, instituiu e que não são mais de dois: o sacramento do batismo e o da santa ceia de Jesus Cristo.

Artigo 34: O SANTO BATISMO

Creemos e confessamos que Jesus Cristo, o qual é “o fim da lei” (Romanos 10:4), derramando seu sangue, acabou com qualquer outro derramamento de sangue, que se

possa ou queira realizar para reconciliação dos pecados. Tendo abolido a circuncisão, que se praticava com sangue, Ele instituiu, em lugar dela, o sacramento do batismo.

Pelo batismo somos recebidos na igreja de Deus e separados de todos os outros povos e outras religiões para pertencermos totalmente a Ele, tendo sua marca e estandarte. O batismo nos serve para testemunhar que Ele eternamente será nosso Deus e misericordioso Pai.

Por isso, Cristo mandou batizar todos os seus "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mateus 28:19), somente com água. Desta forma Ele nos dá a entender que assim como a água tira a impureza do corpo, quando derramada em nós, e também assim como a água é vista no corpo de quem recebe o batismo, assim o sangue de Cristo, através do Espírito Santo, lava a alma, purificando-a dos pecados, e faz com que nós, filhos da ira nasçamos de novo para sermos filhos de Deus.

Porém, não somos purificados de nossos pecados pela água do batismo, mas pela aspersão com o precioso sangue do Filho de Deus. Ele é nosso Mar Vermelho, que devemos atravessar para escapar da tirania de Faraó – que é o diabo – e para entrar na Canaã espiritual.

Os ministros, por sua parte, nos administram somente o sacramento, que é visível, mas nosso Senhor nos concede o que o sacramento significa, a saber: os dons invisíveis da graça. Ele lava nossa alma, purificando-a e limpando-a de todas as impurezas e iniquidades. Ele renova nosso coração, enchendo-o de toda a consolação, e nos dá a verdadeira certeza de sua bondade paternal. Ele nos reveste do novo homem, despidendo-nos do velho com todas as suas obras.

Por isso, cremos que quem quer entrar na vida eterna, deve ser batizado só uma vez. O batismo não pode ser repetido, porque também não podemos nascer duas vezes e porque este batismo tem utilidade não somente no momento de recebê-lo, mas durante a vida inteira.

Nós detestamos, portanto, o erro dos anabatistas, que não se contentam com o batismo que uma vez receberam e que, além disto, condenam o batismo dos filhos pequenos dos crentes. Nós cremos, porém, que eles devem ser batizados e, com o sinal da aliança, devem ser selados, assim como as crianças em Israel eram circuncidadas com base nas mesmas promessas que foram feitas a nossos filhos. Cristo, de fato, derramou seu sangue para lavar, igualmente, as crianças dos fiéis e os adultos. Por isso, elas devem receber o sinal e o sacramento da obra que Cristo fez para elas, como o Senhor, outrora, na lei, determinava que as crianças participassem, pouco depois do seu nascimento, do sacramento do sofrimento e da morte de Cristo, através da oferta de um cordeiro, que era um sacramento de Jesus Cristo.

Além disto, o batismo tem, para nossos filhos, o mesmo efeito que a circuncisão tinha para o povo judeu. É por esta razão que o apóstolo Paulo chama ao batismo: "a circuncisão de Cristo" (Colossenses 2:11).

Artigo 35: A SANTA CEIA

Cremos e confessamos que nosso Salvador Jesus Cristo ordenou e instituiu o sacramento da santa ceia, a fim de alimentar e sustentar aqueles que Ele já fez nascer de novo e incorporou à sua família, que é a sua igreja.

Agora, aqueles que nasceram de novo têm duas vidas diferentes. Uma é corporal e temporária: eles a trouxeram de seu primeiro nascimento e todos os homens a tem. A outra é espiritual e celestial: ela lhes é dada no segundo nascimento que se realiza pela palavra do Evangelho, na comunhão com o corpo de Cristo. Esta vida apenas os eleitos de Deus possuem. Assim Deus ordenou para a manutenção da vida corporal e terrestre, pão comum, terrestre, que todos recebem como recebem a vida.

Porém, a fim de manter a vida espiritual e celestial, que os crentes possuem, Ele lhes enviou um "pão vivo, que desceu do céu" (João 6:51), isto é, Jesus Cristo. Ele alimenta e mantém a vida espiritual dos crentes quando é comido, quer dizer: aceito espiritualmente e recebido pela fé.

A fim de nos figurar este pão espiritual e celestial, Cristo ordenou um pão terrestre e visível como sacramento de seu corpo e o vinho como sacramento de seu sangue. Com eles nos asseguramos: tão certo como recebermos o sacramento e o temos em nossas mãos e o comemos e bebemos com nossa boca, para manter nossa vida, tão certo recebemos em nossa alma pela fé – que é a mão e a boca da nossa alma –, o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de Cristo, nosso único Salvador, para manter nossa vida espiritual.

Agora, há certeza absoluta de que Jesus Cristo não nos ordenou seus sacramentos a toa. Então, Ele realiza em nós tudo o que nos apresenta por estes santos sinais, embora de maneira além da nossa compreensão, como também a ação do Espírito Santo é oculta e incompreensível.

Entretanto, não nos enganamos, dizendo que, o que comemos e bebemos, é o próprio corpo natural e o próprio sangue de Cristo. Porém, a forma pela qual os tomamos não é pela boca, mas, espiritual, pela fé. Desta maneira, Jesus Cristo permanece sentado a direita de Deus, seu Pai, no céu e, contudo, Ele se comunica a nós pela fé. Nesta ceia festiva e espiritual, Cristo nos faz participar de si mesmo com todas as suas riquezas e dons e deixa-nos usufruir tanto de si mesmo como dos méritos de seu sofrimento e morte. Ele alimenta, fortalece e consola nossa pobre alma desolada pelo comer de seu corpo, e a reanima e renova pelo beber de seu sangue.

Depois, embora os sacramentos estejam unidos com a realidade da qual são um sinal, nem todos recebem ambos. O ímpio recebe, sim, o sacramento, para sua condenação, mas não a verdade do sacramento, como Judas e Simão, o Mago: ambos receberam o sacramento, mas não a Cristo que por este é figurado. Porque somente os crentes participam Dele.

Finalmente, recebemos na congregação do povo de Deus este santo sacramento com humildade e reverência. Assim comemoramos juntos, com ações de graça, a morte de Cristo, nosso Salvador, e fazemos confissão da nossa fé e da religião cristã. Por isto, ninguém deve participar da ceia antes de ter-se examinado a si mesmo, da maneira certa, para, enquanto comer e beber, não comer e beber juízo para si (1 Coríntios 11:28,29). Em resumo, somos movidos, pelo uso deste santo sacramento, a um ardente amor para com Deus e nosso próximo.

Por esta razão rejeitamos como profanação dos sacramentos todos os acréscimos e abomináveis invenções que o homem introduziu neles e misturou com eles. E declaramos que se deve contentar com a ordenação que Cristo e seus apóstolos nos ensinaram e falar sobre os sacramentos conforme eles falaram.

Artigo 36: O OFÍCIO DAS AUTORIDADES CIVIS

Creemos que nosso bom Deus, por causa da perversidade do gênero humano, constituiu reis, governos e autoridades. Ele quer que o mundo seja governado por leis e códigos, para que a indisciplina dos homens seja contida e tudo ocorra entre eles em boa ordem. Para este fim Ele forneceu às autoridades a espada para castigar os maus e proteger os bons (Romanos 13:4).

Seu ofício não é apenas cuidar da ordem pública e zelar por ela, mas também proteger o santo ministério da igreja a fim de promover o reino de Jesus Cristo e a pregação da Palavra do Evangelho em todo lugar, para que Deus seja honrado e servido por todos, como Ele ordena na sua Palavra.

Depois, cada um, em qualquer posição que esteja, tem a obrigação de submeter-se às autoridades, pagar impostos, render-lhes honra e respeito, obedecer-lhes em tudo o que não contraria a Palavra de Deus, e orar em favor delas para que Deus as guie em todos os seus caminhos: “para que vivamos vida tranquila e mansa com toda piedade e respeito” (1 Timóteo 2:2).

Neste assunto rejeitamos os anabatistas e outros revolucionários e em geral todos os que se opõem às autoridades e aos magistrados, e querem derrubar a ordem judicial, introduzindo a comunhão de bens, e que abalam os bons costumes que Deus estabeleceu entre as pessoas.

Artigo 37: O JUÍZO FINAL

Finalmente, cremos conforme a palavra de Deus que, quando chegar o momento determinado pelo Senhor – o qual todas as criaturas desconhecem –, e o número dos eleitos estiver completo, nosso Senhor Jesus Cristo virá do céu, corporal e visivelmente, assim como subiu ao céu (Atos 1:11), com grande glória e majestade. Ele se manifestará Juiz sobre vivos e mortos, enquanto porá em fogo e chamas este velho mundo para purificá-lo.

Naquele momento comparecerão perante este grande Juiz, pessoalmente, todas as pessoas que viveram neste mundo: homens, mulheres e crianças, citados pela voz do arcanjo e pelo som da trombeta divina (1 Tessalonicenses 4:16). Porque todos os mortos ressuscitarão da terra e as almas serão reunidas aos seus próprios corpos em que viveram. E a respeito daqueles que ainda estiverem vivos: eles não morrerão como os outros, mas serão transformados num só momento. De corruptíveis se tornarão incorruptíveis.

Então, se abrirão os livros e os mortos serão julgados (Apocalipse 20:12), segundo o que tiverem feito neste mundo, seja o bem ou o mal (2Coríntios 5:10). Sim: “de toda palavra frívola que proferirem os homens, dela darão conta” (Mateus 12:36), mesmo que o mundo a considere apenas brincadeira e passatempo. Assim será trazido à luz diante de todos o que os homens praticaram às escondidas, inclusive sua hipocrisia.

Portanto, pensar neste juízo é realmente horrível e pavoroso para os homens maus e ímpios, mas muito desejável e consolador para os justos e eleitos. A salvação destes será totalmente completada e eles receberão os frutos de seu penoso labor. Sua inocência

será reconhecida por todos e eles presenciarão a vingança terrível de Deus contra os ímpios, que os tiranizaram, oprimiram e atormentaram neste mundo. Os ímpios serão levados a reconhecer sua culpa pelo testemunho da própria consciência. Eles se tornarão imortais, mas somente para serem atormentados no “fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos” (Mateus 25:41).

Os crentes e eleitos, porém, serão coroados com glória e honra. O Filho de Deus confessará seus nomes diante de Deus, seu Pai (Mateus 10:32), e seus anjos eleitos e Deus “lhes enxugará dos olhos toda lágrima” (Apocalipse 21:4). Assim ficará manifesto que a causa deles, que agora por muitos juizes e autoridades está sendo condenada como herética e ímpia, é a causa do Filho de Deus. E, como recompensa gratuita, o Senhor os fará possuir a glória que jamais poderia surgir no coração de um homem.

ARTIGO III

SEGUNDA CONFISSÃO DE FÉ VALDENSE

2-5. ASPECTOS GERAIS

A Segunda Confissão de Fé Valdense, elaborada em 1544, reafirma e amplia pontos da precedente, agora num contexto dentro do movimento reformador.

2-6. TEXTO DA CONFISSÃO

(1) Cremos que há somente um Deus, que é Espírito – o Criador de todas as coisas – o Pai de todos, que está acima de tudo, e em tudo, e em todos nós; que deve ser cultuado em espírito e em verdade – de quem nós somos continuamente dependentes, e a quem damos louvor por nossa vida, alimento, vestuário, saúde, doença, prosperidade, e adversidade. Nós o amamos como a fonte de toda a bondade; e o reverenciamos como ser sublime, que sonda os rins e prova os corações dos filhos dos homens.

(2) Cremos que Jesus Cristo é o Filho e imagem do Pai – que Nele habita toda a plenitude da divindade, e que somente por Ele conhecemos o Pai. Ele é nosso mediador e advogado; não há nenhum outro nome debaixo do céu pelo qual devamos ser salvos. Somente em Seu nome rogamos ao Pai, não usando nenhuma outra súplica além daquelas contidas nas Sagradas Escrituras, ou tais que estejam substancialmente de acordo com Elas.

(3) Cremos no Espírito Santo como o Consolador, procedente do Pai e do Filho; pela inspiração de quem somos ensinados a orar; sendo por Ele renovados no espírito de nossas mentes; que nos recria em boas obras, e de quem recebemos o conhecimento da verdade.

(4) Cremos que há uma só santa igreja, incluindo toda a assembleia dos eleitos e fiéis, que têm existido desde o início do mundo, ou que irão existir até o seu final. O

Senhor Jesus Cristo é o cabeça desta igreja - ela é governada por Sua palavra e guiada pelo Espírito Santo. É benéfico a todos os Cristãos que tenham comunhão na igreja. Por ela Ele [Cristo] intercede incessantemente, e Sua oração por ela é mais aceitável a Deus, sem o que em verdade não poderia haver salvação.

(5) Sustentamos que os ministros da igreja devem ser irrepreensíveis tanto na vida quanto na doutrina; e se encontrados diferentemente, [sustentamos] que devem ser destituídos em seu ofício, e outros devem tomar seu lugar; [sustentamos] que nenhuma pessoa deve conjecturar tomar esta honra sobre si mesmo, mas somente aquele que é chamado por Deus como foi Arão - [sustentamos] que os deveres destes tais são alimentar o rebanho de Deus, não pelo desejo de imundo lucro, ou como tendo domínio sobre a herança de Deus, mas como sendo exemplos para o rebanho, em palavra, em conversação, em caridade, em fé, e em castidade.

(6) Reconhecemos que reis, príncipes, e governadores, são designados e estabelecidos como ministros de Deus, aos quais somos compelidos a obedecer [em todas as questões legais e civis]. Porque trazem a espada para defesa do inocente, e a punição dos agentes do mal; por esta razão somos compelidos a lhes honrar e pagar tributo. Deste poder e autoridade, nenhum homem pode se isentar uma vez que é manifesto o exemplo do Senhor Jesus Cristo, que voluntariamente pagou tributo, nunca tomando sobre si mesmo qualquer jurisdição de poder temporal.

(7) Cremos que a ordenança do batismo em água é o sinal visível e externo, que representa aquilo que, pela virtude da operação invisível de Deus, está em nosso interior – a saber, a renovação de nossas mentes, e a mortificação de nossos membros através [da fé em] Jesus Cristo. E por esta ordenança somos recebidos na santa congregação do povo de Deus, previamente professando e declarando nossa fé e mudança de vida.

(8) Sustentamos que a Ceia do Senhor é uma comemoração dos (e ação de graças pelos) benefícios que temos recebido por Seus sofrimentos e morte – e que é para ser recebida em fé e amor – examinando-nos a nós mesmos, para que possamos comer daquele pão e beber daquele cálice, como está escrito nas Sagradas Escrituras.

(9) Mantemos que o casamento foi instituído por Deus. Que é santo e honrado, e não deve ser proibido a ninguém, contanto que não haja nenhum obstáculo proveniente da divina palavra.

(10) Afirmamos que todos aqueles em quem habita o temor de Deus, serão por meio deste [temor] levados a agradá-lo, e a abundar nas boas obras [do evangelho] as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas - que são amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, gentileza sobriedade, e as outras boas obras impostas nas Sagradas Escrituras.

(11) Por outro lado, confessamos que consideramos ser nosso dever nos guardarmos dos falsos mestres, cujo objetivo é desviar as mentes dos homens da verdadeira adoração a Deus, e levá-los a colocar sua confiança na criatura, bem como se desviar das boas obras do evangelho, e considerar as astúcias dos homens.

(12) Tomamos o Velho e o Novo Testamento como regra para nossa vida, e estamos de acordo com a confissão geral de fé contida no [que é usualmente chamado de] Credo Apostólico.

ARTIGO IV**CONFISSÃO DE FÉ DA GUANABARA****2-7. ASPECTOS GERAIS**

Essa Confissão é legitimamente brasileira, remontando ao Brasil Colônia.

Escrita em 1558 pelos huguenotes que se instalaram na Baía de Guanabara, colônia da França Antártica constituída pelo vice-almirante Nicolau Durand de Villegaignon – que dá nome à ilha de mesmo nome – a Confissão de Fé da Guanabara ou Confissão Fluminense foi uma resposta às acusações de heresia contra os recém-chegados evangélicos franceses. O documento entregue a Villegaignon foi redigido originalmente em latim com tinta de pau-brasil. Ainda que bem escrita e fundamentada, a confissão não serviu para liberar seus subscritores: à exceção de André La Fon, que vacilou em reafirmar sua fé, todos os demais foram executados.

2-8. TEXTO DA CONFISSÃO

Segundo a doutrina de S. Pedro Apóstolo, em sua primeira epístola, todos os cristãos devem estar sempre prontos para dar razão da esperança que neles há, e isso com toda a doçura e benignidade, nós abaixo assinados, Senhor de Villegaignon, unanimemente (segundo a medida de graça que o Senhor nos tem concedido) damos razão, a cada ponto, como nos haveis apontado e ordenado, e começando no primeiro artigo:

I. Cremos em um só Deus, imortal, invisível, criador do céu e da terra, e de todas as coisas, tanto visíveis como invisíveis, o qual é distinto em três pessoas: o Pai, o Filho e o Santo Espírito, que não constituem senão uma mesma substância em essência eterna e uma mesma vontade; o Pai, fonte e começo de todo o bem; o Filho, eternamente gerado do Pai, o qual, cumprida a plenitude do tempo, se manifestou em carne ao mundo, sendo concebido do Santo Espírito, nasceu da virgem Maria, feito sob a lei para resgatar os que sob ela estavam, a fim de que recebêssemos a adoção de próprios filhos; o Santo Espírito, procedente do Pai e do Filho, mestre de toda a verdade, falando pela boca dos profetas, sugerindo as coisas que foram ditas por nosso Senhor Jesus Cristo aos apóstolos. Este é o único Consolador em aflição, dando constância e perseverança em todo bem.

Cremos que é mister somente adorar e perfeitamente amar, rogar e invocar a majestade de Deus em fé ou particularmente.

II. Adorando nosso Senhor Jesus Cristo, não separamos uma natureza da outra, confessando as duas naturezas, a saber, divina e humana nele inseparáveis.

III. Cremos, quanto ao Filho de Deus e ao Santo Espírito, o que a Palavra de Deus e a doutrina apostólica, e o símbolo,⁴ nos ensinam.

IV. Cremos que nosso Senhor Jesus Cristo virá julgar os vivos e os mortos, em forma visível e humana como subiu ao céu, executando tal juízo na forma em que nos predisse no capítulo vinte e cinco de Mateus, tendo todo o poder de julgar, a Ele dado pelo Pai, sendo homem.

E, quanto ao que dizemos em nossas orações, que o Pai aparecerá enfim na pessoa do Filho, entendemos por isso que o poder do Pai, dado ao Filho, será manifestado no dito juízo, não todavia que queiramos confundir as pessoas, sabendo que elas são realmente distintas uma da outra.

V. Cremos que no santíssimo sacramento da ceia, com as figuras corporais do pão e do vinho, as almas fiéis são realmente e de fato alimentadas com a própria substância do nosso Senhor Jesus, como nossos corpos são alimentados de alimentos, e assim não entendemos dizer que o pão e o vinho sejam transformados ou transsubstanciados no seu corpo, porque o pão continua em sua natureza e substância, semelhantemente ao vinho, e não há mudança ou alteração.

Distinguimos todavia este pão e vinho do outro pão que é dedicado ao uso comum, sendo que este nos é um sinal sacramental, sob o qual a verdade é infalivelmente recebida. Ora, esta recepção não se faz senão por meio da fé e nela não convém imaginar nada de carnal, nem preparar os dentes para comer, como santo Agostinho nos ensina, dizendo: “Porque preparas tu os dentes e o ventre? Crê, e tu o comeste”.

O sinal, pois, nem nos dá a verdade, nem a coisa significada; mas Nosso Senhor Jesus Cristo, por seu poder, virtude e bondade, alimenta e preserva nossas almas, e as faz participantes da sua carne, e de seu sangue, e de todos os seus benefícios.

Vejamos a interpretação das palavras de Jesus Cristo: “Este pão é meu corpo”. Tertuliano, no livro quarto contra Marcião, explica estas palavras assim: “este é o sinal e a figura do meu corpo”.

S. Agostinho diz: “O Senhor não evitou dizer: – Este é o meu corpo, quando dava apenas o sinal de seu corpo”.

Portanto (como é ordenado no primeiro cânon do Concílio de Niceia), neste santo sacramento não devemos imaginar nada de carnal e nem nos distrair no pão e no vinho, que nos são neles propostos por sinais, mas levantar nossos espíritos ao céu para contemplar pela fé o Filho de Deus, nosso Senhor Jesus, sentado à destra de Deus, seu Pai.

Neste sentido podíamos jurar o artigo da Ascensão, com muitas outras sentenças de Santo Agostinho, que omitimos, temendo ser longas.

VI. Cremos que, se fosse necessário pôr água no vinho, os evangelistas e São Paulo não teriam omitido uma coisa de tão grande consequência.

E quanto ao que os doutores antigos têm observado (fundamentando-se sobre o sangue misturado com água que saiu do lado de Jesus Cristo, desde que tal observância não tem fundamento na Palavra de Deus, visto mesmo que depois da instituição da Santa Ceia isso aconteceu), nós não podemos hoje admitir necessariamente.

VII. Cremos que não há outra consagração senão a que se faz pelo ministro, quando se celebra a ceia, recitando o ministro ao povo, em linguagem conhecida, a instituição desta ceia literalmente, segundo a forma que nosso Senhor Jesus Cristo nos prescreveu,

admoestando o povo quanto à morte e paixão do nosso Senhor. E mesmo, como diz santo Agostinho, a consagração é a palavra de fé que é pregada e recebida em fé. Pelo que, segue-se que as palavras secretamente pronunciadas sobre os sinais não podem ser a consagração como aparece da instituição que nosso Senhor Jesus Cristo deixou aos seus apóstolos, dirigindo suas palavras aos seus discípulos presentes, aos quais ordenou tomar e comer.

VIII. O santo sacramento da ceia não é alimento para o corpo como para as almas (porque nós não imaginamos nada de carnal, como declaramos no artigo quinto) recebendo-o por fé, a qual não é carnal.

IX. Cremos que o batismo é sacramento de penitência, e como uma entrada na igreja de Deus, para sermos incorporados em Jesus Cristo. Representa-nos a remissão de nossos pecados passados e futuros, a qual é adquirida plenamente, só pela morte de nosso Senhor Jesus.

De mais, a mortificação de nossa carne aí nos é representada, e a lavagem, representada pela água lançada sobre a criança, é sinal e selo do sangue de nosso Senhor Jesus, que é a verdadeira purificação de nossas almas. A sua instituição nos é ensinada na Palavra de Deus, a qual os santos apóstolos observaram, usando de água em nome do Pai, do Filho e do Santo Espírito. Quanto aos exorcismos, abjurações de Satanás, crisma, saliva e sal, nós os registramos como tradições dos homens, contentando-nos só com a forma e instituição deixada por nosso Senhor Jesus.

X. Quanto ao livre-arbítrio, cremos que, se o primeiro homem, criado à imagem de Deus, teve liberdade e vontade, tanto para bem como para mal, só ele conheceu o que era livre-arbítrio, estando em sua integridade. Ora, ele nem apenas guardou este dom de Deus, assim como dele foi privado por seu pecado, e todos os que descendem dele, de sorte que nenhum da semente de Adão tem uma centelha do bem.

Por esta causa, diz São Paulo, o homem natural não entende as coisas que são de Deus. E Oseias clama aos filhos de Israel: “Tua perdição é de ti, ó Israel”. Ora isto entendemos do homem que não é regenerado pelo Santo Espírito.

Quanto ao homem cristão, batizado no sangue de Jesus Cristo, o qual caminha em novidade de vida, nosso Senhor Jesus Cristo restitui nele o livre-arbítrio, e reforma a vontade para todas as boas obras, não, todavia, em perfeição, porque a execução de boa vontade não está em seu poder, mas vem de Deus, como amplamente este santo apóstolo declara, no sétimo capítulo aos Romanos, dizendo: “Tenho o querer, mas em mim não acho o realizar”.

O homem predestinado para a vida eterna, embora peque por fragilidade humana, todavia não pode cair em impenitência.

A este propósito, S. João diz que ele não peca, porque a eleição permanece nele.

XI. Cremos que pertence só à Palavra de Deus perdoar os pecados, da qual, como diz santo Ambrósio, o homem é apenas o ministro; portanto, se ele condena ou absolve, não é ele, mas a Palavra de Deus que ele anuncia.

Santo Agostinho, neste lugar diz que não é pelo mérito dos homens que os pecados são perdoados, mas pela virtude do Santo Espírito. Porque o Senhor dissera aos seus

apóstolos: “recebi o Santo Espírito;” depois acrescenta: “Se perdoardes a alguém os seus pecados,” etc.

Cipriano diz que o servo não pode perdoar a ofensa contra o Senhor.

XII. Quanto à imposição das mãos, essa serviu em seu tempo, e não há necessidade de conservá-la agora, porque pela imposição das mãos não se pode dar o Santo Espírito, porquanto isto só a Deus pertence.

No tocante à ordem eclesiástica, cremos no que S. Paulo dela escreveu na primeira epístola a Timóteo, e em outros lugares.

XIII. A separação entre o homem e a mulher legitimamente unidos por casamento não se pode fazer senão por causa de adultério, como nosso Senhor ensina (Mateus 19:5). E não somente se pode fazer a separação por essa causa, mas também, bem examinada a causa perante o magistrado, a parte não culpada, se não podendo conter-se, deve casar-se, como São Ambrósio diz sobre o capítulo sete da Primeira Epístola aos Coríntios. O magistrado, todavia, deve nisso proceder com madureza de conselho.

XIV. São Paulo, ensinando que o bispo deve ser marido de uma só mulher, não diz que não lhe seja lícito tornar a casar, mas o santo apóstolo condena a bigamia a que os homens daqueles tempos eram muito afeitos; todavia, nisso deixamos o julgamento aos mais versados nas Santas Escrituras, não se fundando a nossa fé sobre esse ponto.

XV. Não é lícito votar a Deus, senão o que ele aprova. Ora, é assim que os votos monásticos só tendem à corrupção do verdadeiro serviço de Deus. É também grande temeridade e presunção do homem fazer votos além da medida de sua vocação, visto que a santa Escritura nos ensina que a continência é um dom especial (Mateus 15 e 1 Coríntios 7). Portanto, segue-se que os que se impõem esta necessidade, renunciando ao matrimônio toda a sua vida, não podem ser desculpados de extrema temeridade e confiança excessiva e insolente em si mesmos.

E por este meio tentam a Deus, visto que o dom da continência é em alguns apenas temporal, e o que o teve por algum tempo não o terá pelo resto da vida. Por isso, pois, os monges, padres e outros tais que se obrigam e prometem viver em castidade, tentam contra Deus, por isso que não está neles o cumprir o que prometem. São Cipriano, no capítulo onze, diz assim: “Se as virgens se dedicam de boa vontade a Cristo, perseverarem em castidade sem defeito; sendo assim fortes e constantes, esperem o galardão preparado para a sua virgindade; se não querem ou não podem perseverar nos votos, é melhor que se casem do que serem precipitadas no fogo da lascívia por seus prazeres e delícias”. Quanto à passagem do apóstolo S. Paulo, é verdade que as viúvas tomadas para servir à igreja, se submetiam a não mais casar, enquanto estivessem sujeitas ao dito cargo, não que por isso se lhes reputasse ou atribuisse alguma santidade, mas porque não podiam bem desempenhar os deveres, sendo casadas; e, querendo casar, renunciassem à vocação para a qual Deus as tinha chamado, contudo que cumprissem as promessas feitas na igreja, sem violar a promessa feita no batismo, na qual está contido este ponto: “Que cada um deve servir a Deus na vocação em que foi chamado”. As viúvas, pois, não faziam voto de continência, senão porque o casamento não convinha ao ofício para que se apresentavam, e não tinha outra consideração que cumpri-lo. Não eram tão

constrangidas que não lhes fosse antes permitido casar que se abrasar e cair em alguma infâmia ou desonestidade.

Mas, para evitar tal inconveniência, o apóstolo São Paulo, no capítulo citado, proíbe que sejam recebidas para fazer tais votos sem que tenham a idade de sessenta anos, que é uma idade normalmente fora da incontinência. Acrescenta que os eleitos só devem ter sido casados uma vez, a fim de que por essa forma, tenham já uma aprovação de continência.

XVI. Cremos que Jesus Cristo é o nosso único Mediador, intercessor e advogado, pelo qual temos acesso ao Pai, e que, justificados no seu sangue, seremos livres da morte, e por ele já reconciliados teremos plena vitória contra a morte.

Quanto aos santos mortos, dizemos que desejam a nossa salvação e o cumprimento do Reino de Deus, e que o número dos eleitos se complete; todavia, não nos devemos dirigir a eles como intercessores para obterem alguma coisa, porque desobedeceríamos ao mandamento de Deus. Quanto a nós, ainda vivos, enquanto estamos unidos como membros de um corpo, devemos orar uns pelos outros, como nos ensinam muitas passagens das Santas Escrituras.

XVII. Quanto aos mortos, São Paulo, na Primeira Epístola aos Tessalonicenses, no capítulo quatro, nos proíbe entristecer-nos por eles, porque isto convém aos pagãos, que não têm esperança alguma de ressuscitar. O apóstolo não manda e nem ensina orar por eles, o que não teria esquecido se fosse conveniente. S. Agostinho, sobre o Salmo 48, diz que os espíritos dos mortos recebem conforme o que tiverem feito durante a vida; que se nada fizeram, estando vivos, nada recebem, estando mortos.

Esta é a resposta que damos aos artigos por vós enviados, segundo a medida e porção da fé, que Deus nos deu, suplicando que lhe praza fazer que em nós não seja morta, antes produza frutos dignos de seus filhos, e assim, fazendo-nos crescer e perseverar nela, lhe rendamos graças e louvores para sempre. Assim seja.

Jean du Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon, André la Fon.

ARTIGO V

CONFISSÃO DE FÉ ESCOCESA

2-9. ASPECTOS GERAIS

Redigida em 1560 por seis líderes da Reforma, dentre eles John Knox, a Confissão de Fé Escocesa foi uma tentativa de se estabelecer um estatuto legal à crença cristã protestante na Escócia. Ainda que aprovada pelo Parlamento, a Rainha Mary da Escócia rejeitou a Confissão, deixando de autorizar a conversão desse projeto em lei. O texto aqui apresentado foi revisado pelo Pr. Franklin Ferreira, para o sítio Monergismo.

2-10. TEXTO DA CONFISSÃO

PREFÁCIO

Os Estados da Escócia, com seus habitantes, professando o evangelho santo de Jesus Cristo: para os seus compatriotas, e para todos os outros reinos e nações, professando o mesmo Senhor Jesus com eles, deseja graça, misericórdia, e paz de Deus o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, com um espírito de justo julgamento, para saudação etc.

Durante muito tempo, queridos irmãos, nós tivemos o desejo de notificar ao mundo, a soma daquela doutrina a qual nós professamos, e pela o qual nós temos recebido infâmia e perigo. Mas tal foi a fúria de Satanás contra nós, e contra a verdade eterna de Jesus Cristo, recentemente nascida entre nós, que até este dia nenhum tempo foi concedido a nós para clarear nossas consciências, como alegremente nós teríamos feito. Como nós temos sido lançados a um ano inteiro de passado, a maior parte de Europa (como nós supomos) entende. Mas vendo que a infinita bondade de nosso Deus (que nunca faz sofrer o aflito completamente para não ser confundido), acima de qualquer expectativa, nós obtivemos algum descanso e liberdade, nós não pudemos, mas passo adiante esta breve e simples confissão de tal doutrina como é proposta à nós, e como nós acreditamos e professamos; em parte para satisfação de nossos irmãos cujos corações, não temos dúvida, temos sido ainda feridos apesar da ira que ainda temos de não aprender a falar bem; e em parte pelo parar as bocas de insolentes blasfemadores que corajosamente amaldiçoam aquilo que eles nem mesmo ouviram, e o que nem ainda entendem.

Não que julguemos que tal cancerosa malícia pode ser curada por esta nossa simples confissão. Não, nós sabemos que o doce sabor do evangelho é, e deve ser, morte para os filhos de perdição. Mas nós temos respeito principalmente para com nossos irmãos fracos e enfermos, para quem nós comunicaríamos o fundo de nossos corações, para que eles não sejam aborrecidos ou levados por diversos rumores que Satanás espalha [contra] nós, para derrotar este nosso empreendimento religioso; protestando que, se qualquer homem notar nesta nossa confissão, que qualquer artigo ou sentença seja repugnante para com a Palavra santa de Deus, isto nos agradará, por sua gentileza, e pela causa da caridade cristã, nos prevenir destes mesmos escritos; e nós, por nossa honra e fidelidade, prometemos a ele satisfação da boca de Deus (quer dizer, de suas Escrituras Santas), ou qualquer reforma que ele prove em que temos nos extraviado. Para Deus nós levamos as histórias de nossas consciências, que de nossos corações nós detestamos todas as seitas heréticas, e todos os professores de doutrina errônea; e que, com toda humildade, nós abraçamos a pureza do evangelho de Cristo que é o único alimento de nossas almas; e isto é tão precioso para nós, que nós estamos determinados a sofrer a extremidade do perigo mundano, ao invés de que nós sofreremos ao ser defraudados pelo mesmo. Pela espera nós somos certamente persuadidos, que aquele que de alguma forma negar a Cristo Jesus, ou ter vergonha dele, na presença dos homens, será negado diante do Pai, e diante de seus santos anjos. E então, pela ajuda do poderoso Espírito do nosso mesmo Senhor Jesus, nós firmemente propomos ficar juntos até o fim, na confissão desta nossa fé, como se seguem nestes artigos.

1º CAPÍTULO – DE DEUS

Confessamos e reconhecemos um só Deus, a quem, só, devemos apegar-nos, a quem, só, devemos servir, a quem, só, devemos adorar e em quem, só, devemos depositar nossa confiança¹. Ele é eterno, infinito, imensurável, incompreensível, onipotente, invisível²; um em substância e, contudo, distinto em três pessoas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo³. Cremos e confessamos que por ele todas as coisas que há no céu e na terra, visíveis e invisíveis, foram criadas, são mantidas em seu ser, e são governadas e guiadas pela sua inescrutável providência para o fim que determinaram sua eterna sabedoria, bondade e justiça, e para a manifestação de sua própria glória.⁴

¹ Dt 6:4; 1 Co 8:6; Dt 4:35; Is 44:5-6. ² 1 Tm 1:17; 1 Rs 8:27; 2Cr 6:18; Sl 139:7-8; Gn 17:1; 1 Tm 6:15-16; Êx 3:14-15. ³ Mt 28:19; 1Jo 5:7. ⁴ Gn 1:1; Hb 11:3; At 17:28; Pv 16:4.

2º CAPÍTULO – DA CRIAÇÃO DO HOMEM

Confessamos e reconhecemos que nosso Deus criou o homem, isto é, nosso primeiro pai, Adão, segundo sua própria imagem e semelhança, e lhe deu sabedoria, domínio, justiça, livre-arbítrio e consciência de si mesmo, de modo que em toda a natureza do homem não se podia encontrar nenhuma imperfeição.¹ Dessa perfeição e dignidade caíram o homem e a mulher; a mulher, enganada pela serpente e o homem dando ouvido à voz da mulher, ambos conspirando contra a soberana majestade de Deus, que, com palavras claras, os havia previamente ameaçado de morte, se ousassem comer da árvore proibida.²

¹ Gn 1:26-28; Cl 3:10; Ef 4:24. ² Gn 3:6; 2:17.

3º CAPÍTULO – DO PECADO ORIGINAL

Por essa transgressão, geralmente conhecida como pecado original, a imagem de Deus foi totalmente deformada no homem, e ele e seus filhos se tornaram, por natureza, inimigos de Deus, escravos de Satanás e servos do pecado,¹ de modo que a morte eterna tem tido e terá poder e domínio sobre todos os que não foram, não são e não forem regenerados do alto. Essa regeneração se realiza pelo poder do Espírito Santo, que cria nos corações dos escolhidos de Deus uma fé firme na promessa de Deus a nós revelada pela sua Palavra; por essa fé aprendemos Jesus Cristo com os seus dons gratuitos e com as bênçãos nele prometidas.²

¹ Sl 51:5; Rm 5:10; 7:5; 2 Tm 2:26; Ef 2:1-3. ² Rm 5:14,21; 6:23; Jo 3:5; Rm 5:1; Fp 1:29.

4º CAPÍTULO – DA REVELAÇÃO DA PROMESSA

Cremos firmemente que Deus, depois da tremenda e horrenda defecção de sua obediência feita pelo homem, procurou Adão, chamou-o a si,¹ foi ter com ele, repreendeu-o e convenceu-o do seu pecado e fez-lhe afinal a promessa gratuita e a mais grata de que a semente da mulher esmagaria a cabeça da serpente,² isto é, destruiria as obras do Diabo. Essa promessa foi repetida e tornada cada vez mais clara com o correr do tempo; foi abraçada com firmeza e alegria por todos os fiéis, de Adão a Noé. Semelhantemente, de Noé a Abraão, de Abraão a Davi e assim por diante até a encarnação de Jesus Cristo;

todos - isto é, os patriarcas crentes sob a lei - viram os dias agradabilíssimos de Cristo e se regozijaram.³

¹ Gn 3:9. ² Gn 3:15. ³ Gn 12:3; 15:5-6; 2 Sm 7:14; Is 7:14; 9:6; Os 2:6; Jo 8:56.

5º CAPÍTULO – CONTINUIDADE, AUMENTO E PRESERVAÇÃO DAS IGREJAS

Creemos, com a maior segurança, que Deus preservou, instruiu, multiplicou, honrou, adornou e vocacionou, da morte para a vida, a sua Igreja em todas as épocas, desde Adão até a vinda de Cristo Jesus em carne.¹ Ele chamou Abraão da terra de seu pai, instruiu-o e multiplicou a sua semente;² ele o preservou maravilhosamente e mais admiravelmente livrou sua semente da servidão e da tirania de Faraó;³ deu-lhes as suas leis, constituições e cerimônias,⁴ deu-lhes a terra de Canaã.⁵ Depois de lhes haver dado juízes, e posteriormente Saul, deu-lhes Davi para ser rei, a quem prometeu que do fruto dos seus lombos um devia assentar-se para sempre no seu trono real.⁶ A esse mesmo povo ele enviou profetas, em contínua sucessão de tempo, a fim de, da idolatria pela qual eles frequentes vezes se desviaram, reconduzi-los ao caminho reto do seu Deus.⁷ E, embora, por seu obstinado desprezo da justiça, tenha sido ele, compelido a entregá-los nas mãos dos seus inimigos,⁸ como fora previamente ameaçado pelos lábios de Moisés,⁹ de modo que a cidade santa foi completamente destruída, o templo devorado pelo fogo,¹⁰ e toda a terra desolada durante setenta anos,¹¹ contudo, por sua graça e misericórdia ele os reconduziu a Jerusalém, onde a cidade e o templo foram restaurados e onde eles resistiram contra todas as tentações e assaltos de Satanás, até a vinda do Messias, segundo a promessa.¹²

¹ Ez 6:6-14. ² Gn 12:1; 13:1./³ Êx 1 etc. ⁴ Jo 1:3; 23:4. ⁵ 1 Sm 10:1; 16:13. ⁶ 2 Sm 7:12. ⁷ 2 Rs 17:13-19. ⁸ 2 Rs 24:3-4. ⁹ Dt 28:36,48. ¹⁰ 2 Rs 25. ¹¹ Dn 9:2. ¹² Jr 30; Ed 1 etc.; Os 1:14; 2:7-9; Zc 3:8.

6º CAPÍTULO – DA ENCARNAÇÃO DE CRISTO

Quando chegou a plenitude do tempo, Deus enviou ao mundo o seu Filho¹ – sua eterna sabedoria, a substância da sua própria glória - o qual assumiu a natureza humana da substância de uma mulher, uma virgem, e isso por obra do Espírito Santo². E assim nasceu a “semente justa de Davi”, o “Anjo do grande conselho de Deus”, o próprio Messias prometido, a quem reconhecemos e confessamos como o Emanuel, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, por duas naturezas unidas e ligadas em uma só pessoa.³ Assim, por esta nossa Confissão condenamos as condenáveis e pestilentas heresias de Ário, Márcion, Eutiques, Nestório e outros, que, ou negaram a sua divindade eterna ou a verdade da sua natureza humana, ou as confundiram ou dividiram.

¹ Gl 4:4. ² Lc 1:31; Mt 1:18; 2:1; Rm 1:3; Jo 1:45; Mt 1:23. ³ 1 Tm 2:5.

7º CAPÍTULO – POR QUE DEVIA O MEDIADOR SER VERDADEIRO DEUS E VERDADEIRO HOMEM

Reconhecemos e confessamos que esta admirável união entre a divindade e a humanidade, em Jesus Cristo, procedeu do decreto eterno e imutável de Deus, do qual decorre e depende toda a nossa salvação¹.

¹ Ef 1:3-6.

8º CAPÍTULO – A ELEIÇÃO

O mesmo eterno Deus e Pai, que somente pela graça nos escolheu em seu Filho, Jesus Cristo, antes que fossem lançados os fundamentos do mundo,¹ designou-o para ser nosso chefe,² nosso irmão,³ nosso pastor e o grande bispo de nossas almas.⁴ Mas, visto que a inimizade entre a justiça de Deus e os nossos pecados era tal que nenhuma carne por si mesma poderia ter chegado a Deus,⁵ foi preciso que o Filho de Deus descesse até nós e assumisse o corpo de nosso corpo, a carne de nossa carne e o osso de nossos ossos, para que se tornasse o perfeito Mediador entre Deus e o homem,⁶ dando a todos os que creem em Deus o poder de se tornarem filhos de Deus,⁷ como ele mesmo diz: “Subo para o meu Pai e vosso Pai, para o meu Deus e vosso Deus”.⁸ Por meio desta santíssima fraternidade, tudo o que perdemos em Adão nos é de novo restituído,⁹ e por isso não tememos chamar a Deus nosso Pai,¹⁰ não tanto por nos ter ele criado – o que temos em comum com os próprios réprobos –¹¹ como por nos ter dado o seu Filho unigênito para ser nosso irmão,¹² e por nos ter concedido graça para reconhecê-lo e abraçá-lo como nosso único Mediador, como ficou dito acima.

Além disso, era preciso que o Messias e Redentor fosse verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porque ele seria capaz de suportar o castigo devido a nossas transgressões e apresentar-se ante o juízo de seu Pai, como em nosso lugar, para sofrer por nossa transgressão e desobediência¹³ e, pela morte, vencer o autor da morte. Mas, porque a Divindade, só, não podia sofrer a morte¹⁴, nem a humanidade podia vencê-la, ele uniu as duas numa só pessoa, a fim de que a fraqueza de uma pudesse sofrer e sujeitar-se à morte que nós merecíamos – e o poder infinito e invencível da outra, isto é, da Divindade, pudesse triunfar e preparar-nos a vida, a liberdade e a vitória perpétua¹⁵. Assim confessamos e cremos sem nenhuma dúvida.

¹ Ef 1:11; Mt 25:34. ² Ef 1:22-23. ³ Hb 2:7-8, 11-12; Sl 22:22. ⁴ Hb 13:20; 1 Pe 2:24; 5:4. ⁵ Sl 130:3; 143:2. ⁶ 1 Tm 2:5. ⁷ Jo 1:12. ⁸ Jo 20:17. ⁹ Rm 5:17-19. ¹⁰ Rm 8:15; Gl 4:5-6. ¹¹ At 17:26. ¹² Hb 2:11-12. ¹³ 1 Pe 3:18; Is 53:8. ¹⁴ At 2:24. ¹⁵ Jo 1:2; At 20:20; 1 Tm 3:16; Jo 3:16.

9º CAPÍTULO – A MORTE, A PAIXÃO E O SEPULTAMENTO DE CRISTO

[Confessamos] que nosso Senhor Jesus Cristo se ofereceu ao Pai em sacrifício voluntário por nós,¹ que sofreu a contradição dos pecadores, que foi ferido e açoitado pelas nossas transgressões,² que, sendo o Cordeiro de Deus puro e inocente³ foi condenado na presença de um juiz terreno,⁴ a fim de que fôssemos absolvidos perante o tribunal de nosso Deus;⁵ que sofreu não só a cruel morte de cruz – que foi maldita pela sentença de Deus⁶ – mas também sofreu por um pouco a ira de seu Pai,⁷ que os pecadores mereciam. Mas declaramos que ele permanece como o Filho unicamente amado e bendito do Pai, mesmo em meio à angústia e ao tormento que ele sofreu na alma e no corpo, para dar plena satisfação pelos pecados do povo⁸, e agora confessamos e declaramos que não resta nenhum outro sacrifício pelo pecado⁹. Se há alguns que assim afirmam, não necessitamos em declarar que são blasfemos contra a morte de Cristo e contra a satisfação eterna que por ela nos foi preparada.

¹ Hb 10:1-12. ² Is 53:5; Hb 12:3. ³ Jo 1:29. ⁴ Mt 27:11,26; Mc 15; Lc 23. ⁵ Gl 3:13. ⁶ Dt 21:23. ⁷ Mt 26:38-39. ⁸ 2Co 5:21. ⁹ Hb 9:12; 10:14.

10º CAPÍTULO – A RESSURREIÇÃO

Visto que era impossível que as dores da morte pudessem reter cativo o Autor da vida¹, cremos sem nenhuma dúvida que nosso Senhor Jesus Cristo foi crucificado morto e sepultado, o qual desceu ao inferno, ressuscitou para nossa justificação² e para a destruição daquele que era o autor do pecado, e nos trouxe de novo a vida, a nós que estávamos sujeitos à morte e ao seu cativeiro.³ Sabemos que sua ressurreição foi confirmada pelos testemunhos de seus inimigos⁴ e pela ressurreição dos mortos, cujos sepulcros se abriram e eles ressuscitaram e apareceram a muitos dentro da cidade de Jerusalém,⁵ e que foi também confirmada pelos testemunhos dos anjos,⁶ pelos sentidos e pelo julgamento dos apóstolos e de outros que privaram com ele e com ele comeram e beberam depois da sua ressurreição.⁷

¹ At 2:24. ² At 3:26; Rm 6:5, 9; 4:25. ³ Hb 2:14-15. ⁴ Mt 28:4. ⁵ Mt 27:52-53. ⁶ Mt 28:5-6. ⁷ Jo 20:27; 21:7,12-13; Lc 24:41-43.

11º CAPÍTULO – A ASCENSÃO

Não duvidamos, de modo nenhum, que exatamente o mesmo corpo que nasceu da Virgem, foi crucificado, morto e sepultado, e que ele ressurgiu e subiu aos céus, para cumprimento de todas as coisas¹, onde em nosso nome e para a nossa consolação recebeu todo o poder no céu e na terra,² onde ele está sentado, à destra do Pai, tendo sido coroado no seu reino, como o único advogado e mediador por nós;³ essa glória, honra e prerrogativa possuirá ele, só, entre os irmãos, até que todos os seus inimigos sejam feitos escabelo dos seus pés.⁴ Assim também cremos, sem dúvida alguma, que haverá um juízo final, para cuja execução o mesmo Senhor Jesus há de vir visivelmente, como foi visto subir.⁵ E cremos firmemente que virá então o tempo da recriação e restauração de todas as coisas,⁶ de modo que aqueles que desde o princípio sofreram violência e afronta por causa da justiça, entrarão na posse da bendita imortalidade a eles prometida desde o princípio.⁷

Mas, por outro lado, os obstinados, os desobedientes, os cruéis, os perseguidores, os impuros, os idólatras e incrédulos de toda sorte serão lançados no cárcere das trevas exteriores, onde o seu verme não morrerá, nem seu fogo se apagará.⁸ A lembrança daquele dia e do juízo que nele será executado não é apenas freio para coibir nossos apetites carnis, mas também uma consolação tão grande e tão incomparável que nem a ameaça dos príncipes deste mundo, nem o medo da morte temporal e do perigo presente podem levar-nos a renunciar e abandonar aquela bendita sociedade que nós, os membros, temos com o Cabeça e nosso único Mediador, Jesus Cristo;⁹ a quem nós confessamos e reconhecemos ser o Messias prometido, o único Cabeça da Igreja, nosso justo Legislador, nosso único Sumo Sacerdote, Advogado e Mediador,¹⁰ em cujas honras e funções, se homem ou anjo ousa intrometer-se, nós os detestamos e repudiamos completamente como blasfemos de nosso soberano e supremo Governador, Jesus Cristo.

¹ Mc 16:9; Mt 28:6; Lc 24:51; At 1:9. ² Mt 28:18. ³ 1Jo 2:1; 1 Tm 2:5. ⁴ Sl 110:1; Mt 22:44; Mc 12:36; Lc 20:42-43. ⁵ At 1:8. ⁶ At 3:19. ⁷ Mt 25:34. ⁸ 2 Ts 1:4-8. ⁹ Ap 1:27; Is 66:24; Mt 25:41; Mc 9:44, 46,48; Mt 22:13. ¹⁰ 2 Pe 3:11; 2Co 5:9-11; Lc 21:27-28; Jo 14:1 etc. ¹⁰ Is 7:14; Ef 1:22; Cl 1:18; Hb 9:11,15; 10:21; 1Jo 2:1; 1 Tm 2:5.

12º CAPÍTULO – A FÉ NO ESPÍRITO SANTO

Esta fé e a sua certeza não procedem da carne e do sangue, isto é, de uma faculdade natural que há em nós, mas são a inspiração do Espírito Santo,¹ que nós confessamos ser Deus, igual com o Pai e com seu Filho,² que nos santifica e nos conduz em toda verdade pela sua operação, sem o qual permaneceríamos para sempre inimigos de Deus e ignorantes de seu Filho, Jesus Cristo. Porque por natureza somos mortos, cegos e perversos, de maneira que nem sequer sentimos quando somos aguilhoados, nem vemos a luz quando brilha, nem podemos assentir à vontade de Deus quando ela se revela, se o Espírito de nosso Senhor não vivificar o que está morto, não remover as trevas de nossas mentes e não dobrar a rebelião dos nossos corações à obediência da sua bendita vontade.³ Dessa forma, assim como confessamos que Deus o Pai nos criou quando ainda não existíamos,⁴ assim como o seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, nos redimiu quando éramos seus inimigos,⁵ assim também confessamos que o Espírito Santo nos santificou e regenerou, sem qualquer respeito a qualquer mérito nosso - seja anterior seja posterior à nossa regeneração.⁶ Para deixar isto ainda mais claro: como de boa vontade renunciamos a qualquer honra e glória pela nossa própria criação e redenção,⁷ assim também o fazemos pela nossa regeneração e santificação, pois por nós mesmos nada de bom somos capazes de pensar, mas só aquele que em nós começou a obra nos faz continuar nela,⁸ para o louvor e glória de sua graça imerecida.⁹

¹ Mt 16:17; Jo 14:26; 15:26; 16:13. ² At 5:3-4. ³ Cl 2:13; Ef 2:1; Jo 9:39; Ap 3:17; Mt 17:17; Mc 9:19; Lc 9:41; Jo 6:63; Mq 7:8; 1 Rs 8:57-58. ⁴ Sl 100:3. ⁵ Rm 5:10. ⁶ Jo 3:5; Tt 3:5; Rm 5:8. ⁷ Fp 3:7. ⁸ Fp 1:6; 2 Co 3:5. ⁹ Ef 1:6.

13º CAPÍTULO – A CAUSA DAS BOAS OBRAS

Assim, confessamos que a causa das boas obras não é nosso livre-arbítrio, mas o Espírito de Jesus, nosso Senhor, que habita em nossos corações pela verdadeira fé, produz as obras, quais Deus as preparou para que andássemos nelas. Por isso, com toda a ousadia afirmamos que é blasfêmia dizer que Cristo habita nos corações daqueles em quem não há nenhum espírito de santificação.¹ Portanto, não hesitamos em afirmar que os assassinos, os opressores, os cruéis, os perseguidores, os adúlteros, os fornicários, os idólatras, os alcoólatras, os ladrões e outros que praticam a iniquidade, não têm nem verdadeira fé, nem qualquer porção do Espírito do Senhor Jesus, enquanto obstinadamente continuarem na impiedade.

Pois, logo que o Espírito do Senhor Jesus, a quem os escolhidos de Deus recebem pela verdadeira fé, toma posse do coração de alguém, imediatamente ele regenera e renova esse homem, que assim começa a odiar aquilo que antes amava e a amar o que antes odiava. Daí resulta a contínua batalha entre a carne e o espírito: a carne e o homem natural, segundo a sua corrupção, cobiçam coisas que lhes são agradáveis e deleitáveis, murmuram na adversidade e enchem-se de orgulho na prosperidade e estão em todos os momentos propensos e prontos a ofender a majestade de Deus.² Mas o Espírito de Deus, que dá testemunho junto ao nosso espírito de que somos filhos de Deus,³ leva-nos a resistir aos prazeres imundos e a suspirar na presença de Deus pelo livramento desse cativo da corrupção,⁴ e finalmente a triunfar sobre o pecado, para que ele não reine em nossos corpos mortais.⁵

Os homens carnais não têm esse conflito, pois são destituídos do Espírito de Deus, mas seguem e obedecem com avidez ao pecado, sem nenhum pesar, estimulados pelo Diabo e por sua cupidez depravada. Os filhos de Deus, porém, como antes foi dito, lutam contra o pecado, suspiram e gemem quando se sentem tentados à prática do mal; e, se caem, levantam-se outra vez com arrependimento não fingido.⁶ Eles fazem estas coisas não pelo seu próprio poder, mas pelo poder do Senhor Jesus, sem quem nada podem fazer.⁷

¹ Ef 2:10; Fp 2:13; Jo 15:5; Rm 8:9. ² Rm 7:15-25; Gl 5:17. ³ Rm 8:16. ⁴ Rm 7:24; 8:22. ⁵ Rm 6:12. ⁶ 2 Tm 2:26. ⁷ Jo 15:5.

14º CAPÍTULO – AS OBRAS QUE SÃO CONSIDERADAS BOAS DIANTE DE DEUS

Confessamos e reconhecemos que Deus deu ao homem sua santa Lei, na qual se proíbem não só as obras que desagradam e ofendem sua divina majestade, mas também se ordenam todas aquelas que lhe agradam e que ele prometeu recompensar¹. Essas obras são de duas espécies. Uma são praticadas para a honra de Deus e as outras para benefício de nosso próximo, e ambas têm a vontade revelada de Deus como sua garantia.

Ter um só Deus, adorá-lo e honrá-lo, invocá-lo em todas as nossas dificuldades, reverenciar o seu santo nome, ouvir a sua Palavra e crer nela, participar dos seus santos sacramentos, são obras da primeira espécie.² Honrar pai, mãe, príncipes, governantes e poderes superiores, amá-los, sustentá-los, obedecer às suas ordens – se estas não são contrárias aos mandamentos divinos – salvar as vidas dos inocentes, reprimir a tirania, defender os oprimidos, conservar nossos corpos limpos e santos, viver em sobriedade e temperança, tratar de modo justo todos os homens tanto por palavras como por obras e, finalmente, reprimir quaisquer desejos pelos quais nosso próximo recebe ou pode receber dano,³ são as boas obras da segunda espécie, as quais são mui gratas e aceitáveis a Deus, visto que ele mesmo as ordenou.

Os atos contrários são pecados dignos da maior indignação, que sempre lhe desagradam e o provocam à ira. São eles: não invocar só a ele quando temos necessidade, não ouvir com reverência a sua Palavra, mas desprezá-la e rejeitá-la, ter ou adorar ídolos, alimentar e defender a idolatria, fazer pouco do venerável nome de Deus, profanar, abusar ou desprezar os sacramentos de Jesus Cristo, não obedecer ou resistir aos que Deus colocou em autoridade, enquanto se mantêm dentro dos limites da sua vocação,⁴ cometer homicídio ou ser conivente com homicídio, odiar o próximo, permitir que seja derramado o sangue inocente, se podemos impedi-lo.⁵ Em conclusão, confessamos e afirmamos que a quebra de qualquer mandamento da primeira ou da segunda espécie é pecado,⁶ pelo qual se acende a ira de Deus contra o mundo soberbo e ingrato. Assim, afirmamos serem boas obras somente as que são praticadas com fé,⁷ segundo o mandamento de Deus,⁸ que, em sua lei, expôs o que lhe agrada. Afirmamos que as obras más não são apenas as que se praticam expressamente contra o mandamento de Deus,⁹ mas também as que em assuntos religiosos e de culto a Deus, não têm outro fundamento senão a invenção e a opinião do homem. Desde o princípio Deus as vem rejeitando, como aprendemos das palavras do profeta Isaías¹⁰ e de nosso Senhor Jesus Cristo: “Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são mandamentos de homens¹¹”.

¹ Êx 20:3 etc.; Dt 5:6 etc.; 4:8. ² Lc 10:27-28; Mq 6:8. ³ Ef 6:1,7; Ez 22:1, etc.; 1 Co 6:19-20; 1 Ts 4:3-7; Jr 22:3 etc.; Is 50:1 etc.; 1 Ts 4:6. ⁴ Rm 13:2. ⁵ Ez 22:13 etc. ⁶ 1Jo 3:4. ⁷ Rm 14:23; Hb 11:6. ⁸ 1 Sm 15:22; 1Co 10:31. ⁹ 1Jo 3:4. ¹⁰ Is 29:13. ¹¹ Mt 15:9; Mc 7:7.

15º CAPÍTULO – A PERFEIÇÃO DA LEI E A IMPERFEIÇÃO DO HOMEM

Confessamos e reconhecemos que a Lei de Deus é a mais justa, a mais imparcial e a mais santa, e o que ela ordena, se perfeitamente praticado, iluminaria e poderia conduzir o homem à felicidade eterna;¹ mas a nossa natureza é tão corrupta, fraca e imperfeita que jamais seríamos capazes de cumprir perfeitamente as obras da Lei.² Mesmo depois de sermos regenerados, se dissermos que não temos pecados, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade de Deus não está em nós.³ Por isso, importa que nos apeguemos a Cristo, em sua justiça e satisfação, pois ele é o fim e o complemento da Lei e é por ele que somos libertados, de modo que, embora não cumpramos a Lei em todos os pontos, contudo, estamos imunes da execração de Deus.⁴ Deus o Pai contempla-nos no corpo de seu Filho Jesus Cristo, aceita como perfeita a nossa obediência imperfeita⁵ e cobre todas as nossas obras, que estão poluídas por muitas manchas,⁶ com a perfeita justiça do seu Filho.

Não queremos dizer que fomos libertados, de modo a não devermos mais obediência alguma à Lei – pois já reconhecemos o lugar dela – mas afirmamos que ninguém na terra, pela sua conduta – com exceção apenas de Cristo Jesus – deu, dá e dará à Lei a obediência que ela requer. Quando tivermos feito tudo, devemos prostrar-nos e confessar sinceramente que somos servos inúteis.⁷ Portanto, todos os que se vangloriam dos méritos de suas obras põem sua confiança em obras de supererrogação, ou se vangloriam da vaidade, ou põem sua confiança em idolatria condenável.

¹ Lv 18:5; Gl 3:12; 1 Tm 1:8; Rm 7:12; Sl 19:7-9; 19:11. ² Dt 5:29; Rm 10:3. ³ 1 Rs 8:46; 2Cr 6:36; Pv 20:9; Ec 7:22; 1Jo 1:8. ⁴ Rm 10:4; Gl 3:13; Dt 27:26. ⁵ Fp 2:15. ⁶ Is 64:6. ⁷ Lc 17:10.

16º CAPÍTULO – DA IGREJA

Assim como cremos em um só Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, assim também firmemente cremos que houve desde o princípio, há agora e haverá até o fim do mundo uma só Igreja, isto é, uma sociedade e multidão de homens escolhidos por Deus, que corretamente o adoram e aceitam, pela verdadeira fé em Jesus Cristo,¹ o qual, só, é a Cabeça da Igreja, assim como é ela o corpo e a esposa de Jesus Cristo. Essa Igreja é católica, isto é, universal, porque compreende os escolhidos de todos os tempos, de todos os reinos, nações e línguas, ou dos judeus ou dos gentios, que tenham comunhão e associação com Deus o Pai, e com seu Filho, Jesus Cristo, pela santificação do Espírito Santo.² Por isso ela é chamada comunhão, não dos profanos, mas dos santos, que, como cidadãos da Jerusalém celestial,³ gozam de benefícios inestimáveis: um só Deus, um só Senhor Jesus Cristo, uma só fé e um só batismo.⁴ Fora dessa Igreja não há nem vida nem felicidade eterna. Portanto, detestamos completamente a blasfêmia dos que sustentam que os homens que vivem segundo à equidade e a justiça serão salvos, não importando que religião professem. Pois, visto que sem Cristo não há vida nem salvação,⁵ ninguém terá parte nesta senão aquele que o Pai deu ao seu Filho, Jesus Cristo, e aqueles que no tempo oportuno a ele vierem,⁶ confessarem a sua doutrina e nele crerem (incluimos as crianças de pais crentes).⁷ Essa Igreja é invisível, conhecida só de Deus - que é o único a conhecer os que ele escolheu⁸ - e compreende, como já ficou dito, tanto os escolhidos que já partiram, e é chamada geralmente a "Igreja Triunfante", como os que ainda vivem e lutam contra o pecado e Satanás, e os que viverem daqui por diante.⁹

¹ Mt 28:20; Ef 1:4. ² Cl 1:18; Ef 5:23-24 etc.; Ap 7:9. ³ Ef 2:19. ⁴ Ef 4:5. ⁵ Jo 3:36. ⁶ Jo 5:24; 6:37; 6:39; 6:65; 17:6. ⁷ At 2:39. ⁸ 2 Tm 2:19; Jo 13:18. ⁹ Ef 1:10; Cl 1:20; Hb 12:4.

17º CAPÍTULO – DA IMORTALIDADE DAS ALMAS

Os escolhidos, que partiram, estão em paz e descansam de seus trabalhos;¹ não que durmam e estejam perdidos no esquecimento, como sustentam alguns fantasistas, mas porque foram libertados de todo medo, de tormentos, e de toda tentação, coisas a que nós e todos os escolhidos de Deus nesta vida estamos sujeitos.² Por isso a Igreja é chamada Militante. Por outro lado, os réprobos e infiéis falecidos padecem angústia, tormentos e penas inenarráveis.³ Nem estes nem aqueles se encontram em tal sono que os impeça de sentir em que situação estejam, como claramente atestam a parábola de Jesus Cristo em São Lucas 16,⁴ as suas próprias palavras na cruz ao ladrão⁵ e o clamor das almas, sob o altar:⁶ "Senhor, que és justo e imparcial, até quando deixarás sem vingança o nosso sangue entre os habitantes da terra?"

¹ Ap 14:13. ² Is 25:8; Ap 7:14-17; 21:4. ³ Ap 16:10-11; Is 66:24; Mc 9:44,46,48. ⁴ Lc 16:23-26. ⁵ Lc 23:43. ⁶ Ap 6:9-10.

18º CAPÍTULO – OS SINAIS PELOS QUAIS A VERDADEIRA IGREJA SERÁ DISTINGUIDA DA FALSA E QUEM SERÁ JUIZ DA DOUTRINA

Satanás vem trabalhando desde o princípio para adornar sua pestilenta sinagoga com o título de Igreja de Deus, e inflamando corações de crudelíssimos assassinos, para perseguirem, perturbarem e molestarem a verdadeira Igreja e seus membros, como Caim com Abel,¹ Ismael com Isaque,² Esaú com Jacó³ e todos os sacerdotes dos judeus com Jesus Cristo e seus apóstolos que vieram depois dele.⁴ Por isso, é necessário que a verdadeira Igreja, por sinais claros e perfeitos, se distinga de tais sinagogas corruptas, a fim de que não sejamos enganados e, para nossa própria condenação, recebamos e abracemos a falsa pela verdadeira. As marcas, os sinais e as características pelos quais a noiva imaculada de Cristo se distingue da impura e horrível meretriz - a Igreja dos maldosos - nós afirmamos que não são nem a antiguidade, nem o título usurpado, nem a sucessão linear, nem a multidão de homens que aprovam o erro. Caim existiu primeiro do que Abel e Sete⁵ quanto à idade e ao título; Jerusalém tinha precedência sobre todos os outros lugares da terra,⁶ pois nela os sacerdotes descendiam linearmente de Aarão, e maior era o número que seguia os escribas, fariseus e sacerdotes do que aqueles que verdadeiramente criam em Jesus Cristo e aprovavam a sua doutrina.⁷ No entanto ninguém de são juízo, supomos, sustentará que qualquer dos acima nomeados era a Igreja de Deus.

Portanto, nós cremos, confessamos e declaramos que as marcas da verdadeira Igreja são, primeiro e antes de tudo, a verdadeira pregação da Palavra de Deus, na qual Deus mesmo se revelou a nós, como nos declaram os escritos dos profetas e apóstolos; segundo, a correta administração dos sacramentos de Jesus Cristo, os quais devem ser associados à Palavra e à promessa de Deus para selá-las e confirmá-las em nossos corações;⁸ e, finalmente, a disciplina eclesiástica corretamente administrada, como prescreve a Palavra de Deus, para reprimir o vício e estimular a virtude.⁹ Onde quer que essas marcas se encontrem e continuem por algum tempo - ainda que o número de pessoas não exceda de duas ou três - ali, sem dúvida alguma, está a verdadeira Igreja de Cristo, o qual, segundo a sua promessa, está no meio dela.¹⁰ Isto não se refere à Igreja universal de que falamos antes, mas às igrejas particulares, tais como as que havia em Corinto,¹¹

na Galácia,¹² em Éfeso¹³ e noutros lugares onde o ministério foi implantado por Paulo e às quais ele mesmo chamou igrejas de Deus.

Tais igrejas nós, habitantes do reino da Escócia, confessando a Jesus Cristo, afirmamos ter em nossas cidades, vilas e distritos reformados, porque a doutrina ensinada em nossas igrejas está contida na Palavra de Deus escrita, isto é, no Velho e no Novo Testamentos, nos livros originalmente reconhecidos como canônicos. Afirmamos que neles todas as coisas que devem ser cridas para a salvação dos homens estão suficientemente expressas.¹⁴ Confessamos que a interpretação da Escritura não é atribuição de nenhuma pessoa particular ou pública, nem mesmo de qualquer igreja em virtude de qualquer preeminência ou prerrogativa, pessoal ou local, que uma tenha sobre a outra, mas esse direito e autoridade só pertencem ao Espírito de Deus por quem as Escrituras foram escritas.¹⁵

Quando surge, pois, controvérsia acerca do exato sentido de qualquer passagem ou sentença da Escritura, ou para a reforma de algum abuso na Igreja de Deus, devemos perguntar não tanto o que os homens disseram ou fizeram antes de nós, como o que o Espírito Santo, uniformemente, fala no corpo das Escrituras Sagradas e o que Jesus Cristo mesmo fez e mandou.¹⁶ Pois todos reconhecem sem discussão que o Espírito de Deus, que é o Espírito de unidade, não pode contradizer-se a si mesmo.¹⁷ Assim, se a interpretação ou decisão ou opinião de qualquer doutor da Igreja ou concílio é contrária à expressa Palavra de Deus em qualquer outra passagem da Escritura, é certo que essa interpretação não representa a mente e sentido do Espírito Santo, ainda que concílios, reinos e nações a tenham admitido e aprovado. Não ousamos admitir nenhuma interpretação contrária a qualquer artigo principal de fé, ou a qualquer texto claro da Escritura, ou à regra do amor.

¹ Gn 4:8. ² Gn 21:9. ³ Gn 27:41. ⁴ Mt 23:34; Jo 15:18-20,24; 11:47,53; At 4:1-3; 5:17 etc. ⁵ Gn 4:1. ⁶ Sl 48:2-3; Mt 5:35. ⁷ Jo 12:42. ⁸ Ef 2:20; At 2:42; Jo 10:27; 18:37; 1Co 1:13; Mt 18:19-20; Mc 16:15-16; 1C. 11:24-26; Rm 4:11. ⁹ Mt 18:15-18; 1Co 5:4-5. ¹⁰ Mt 18:19-20. ¹¹ 1Co 1:2; 2Co 1:2. ¹² Gl 1:2. ¹³ Ef 1:1; At 16:9-10; 18:1 etc.; 20:17 etc. ¹⁴ Jo 20:31; 2 Tm 3:16-17. ¹⁵ 2Pe 1:20-21. ¹⁶ Jo 5:39. ¹⁷ Ef 4:3-4.

19º CAPÍTULO – A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS

Creemos e confessamos que as Escrituras de Deus são suficientes para instruir e aperfeiçoar o homem de Deus, e assim afirmamos e declaramos que a sua autoridade vem de Deus e não depende de homem ou de anjo.¹ Afirmamos, portanto, que os que dizem não terem as Escrituras outra autoridade a não ser a que elas receberam da Igreja são blasfemos contra Deus e fazem injustiça à verdadeira Igreja, que sempre ouve e obedece à voz de seu próprio Esposo e Pastor, mas nunca se arroga o direito de senhora.²

¹ 1 Tm 3:16-17. ² Jo 10:27.

20º CAPÍTULO – DOS CONCÍLIOS GERAIS, SEU PODER, SUA AUTORIDADE E CAUSAS DE SUA CONVOCAÇÃO

Assim como não condenamos irrefletidamente o que homens bons, reunidos em concílio geral legalmente convocado, estabeleceram antes de nós, assim não admitimos sem justo exame tudo o que tenha sido declarado aos homens em nome de concílio geral, pois é manifesto que, sendo humanos, alguns deles manifestamente erraram, e

isso em questões de máximo peso e importância¹. Então, na medida em que um concílio confirma sua decisão e seus decretos pela clara Palavra de Deus, nós os respeitamos e acatamos. Mas, se homens, em nome de um concílio, pretendem forjar-nos novos artigos de fé, ou tomar decisões contrárias à Palavra de Deus, então devemos definitivamente negar como doutrinas de demônios tudo aquilo que afasta nossas almas da voz do único Deus para levar-nos a seguir doutrinas e decisões de homens.²

A razão por que os concílios gerais se reuniram não foi para elaborar qualquer lei permanente que Deus não tivesse feito antes, nem para formular novos artigos para a nossa fé, nem para conferir autoridade à Palavra de Deus; muito menos para afirmá-la como Palavra de Deus, ou para dela dar a verdadeira interpretação que não fora previamente expressa pela sua santa vontade em sua Palavra.³ Mas a razão dos concílios - pelo menos daqueles que merecem tal nome - foi em parte refutar heresias e fazer confissão pública de sua fé a ser seguida pela posteridade, e eles fizeram uma e outra coisa pela autoridade da Palavra de Deus escrita, sem apelar a qualquer prerrogativa de que, pelo fato de serem concílios gerais, não poderiam errar. Foi essa a razão primeira e principal dos concílios gerais, em nossa opinião. Uma segunda foi constituir e observar boa administração na Igreja, em que - como casa de Deus que é⁴ - convém que tudo seja feito com decência e ordem.⁵ Não que pensemos que a mesma administração ou ordem de cerimônias possa ser estabelecido para todas as épocas, tempos e lugares; pois, como cerimônias que os homens inventaram, são apenas temporais, e, assim, podem e devem ser mudadas quando se percebe que o seu uso fomenta antes a superstição que a edificação da Igreja.

¹ Gl 2:11-14. ² 1 Tm 4:1-3; Cl 2:18-23. ³ At 15:1 etc. ⁴ 1 Tm 3:15; Hb 3:2. ⁵ 1Co 14:40.

21º CAPÍTULO – DOS SACRAMENTOS

Assim como os patriarcas sob a Lei, além da realidade dos sacrifícios, tinham dois sacramentos principais, isto é, a circuncisão e a páscoa, e aqueles que os desprezavam e negligenciavam não eram contados entre o povo de Deus,¹ assim nós também reconhecemos e confessamos que agora, na era do Evangelho, só temos dois sacramentos principais, instituídos por Cristo e ordenados para uso de todos os que desejam ser considerados membros de seu corpo, isto é, o Batismo e a Ceia ou Mesa do Senhor, também chamada popularmente Comunhão do seu Corpo e do seu Sangue.² Esses sacramentos, tanto do Velho Testamento como do Novo, foram instituídos por Deus, não só para estabelecer distinção visível entre o seu povo e os que estavam fora da Aliança, mas também para exercitar a fé dos seus filhos e, pela participação de tais sacramentos, selar em seus corações a certeza da sua promessa e daquela associação, união e sociedade mui felizes que os escolhidos têm com seu Cabeça, Jesus Cristo.

E, assim, condenamos inteiramente a vaidade dos que afirmam que os sacramentos não são outra coisa que meros sinais desnudos. Muito ao contrário, cremos seguramente que pelo Batismo somos enxertados em Jesus Cristo, para nos tornarmos participantes de sua justiça, pela qual todos os nossos pecados são cobertos e perdoados; cremos também que na Ceia corretamente usada, Cristo se une de tal modo a nós, que se torna o próprio alimento e sustento de nossas almas.³ Não que imaginemos qualquer transubstanciação do pão no corpo natural de Cristo e do vinho em seu sangue natural, como têm

ensinado perniciosamente os pontifícios e como creem para sua condenação; mas essa união e associação que temos com o corpo e o sangue de Jesus Cristo no uso reto dos sacramentos se realiza por meio do Espírito Santo, que pela verdadeira fé nos transporta acima de todas as coisas visíveis - que são carnis e terrenas - e nos habilita a alimentarmos do corpo e do sangue de Jesus Cristo, uma vez partido e derramado por nós, e que agora está no céu e se apresenta por nós na presença do Pai.⁴ Não obstante a distância entre o seu corpo agora glorificado no céu e nós mortos aqui na terra, contudo cremos firmemente que o pão que partimos é a comunhão do corpo de Cristo e o cálice que abençoamos é a comunhão do seu sangue.⁵ Assim, confessamos, e cremos, sem nenhuma dúvida, que os fiéis, mediante o uso reto da Ceia do Senhor, comem o corpo e bebem o sangue de Jesus Cristo, porque ele permanece neles e eles nele; eles, até, se tornam carne da sua carne e osso dos seus ossos⁶ de maneira tal que, como a Divindade eterna conferiu à carne de Jesus Cristo vida e imortalidade,⁷ assim também o comer e o beber da carne e do sangue de Jesus Cristo nos confere essas prerrogativas. Declaramos, contudo, que isto não nos é dado só na ocasião do sacramento, nem pela sua ação ou virtude; mas afirmamos que os fiéis, mediante o uso certo da Ceia do Senhor, têm com Jesus Cristo,⁸ uma união que o homem natural não pode compreender.

Além disso, afirmamos que, embora os fiéis, impedidos pela negligência e pela fraqueza humana, não aproveitem tanto quanto desejariam, na própria ocasião em que se celebra a Ceia, no entanto subsequentemente ela produzirá frutos, sendo semente viva semeada em boa terra, pois o Espírito Santo, que nunca pode estar separado do uso reto da Instituição de Cristo, não privará os fiéis do fruto dessa ação mística. Mas tudo isto, dizemos, vem da verdadeira fé que apreende Jesus Cristo, o único que faz o sacramento eficaz em nós. Portanto, todos os que nos difamam dizendo que afirmamos ou cremos que os sacramentos não são outra coisa que sinais desnudos e vazios, fazem-nos injustiça e falam contra a verdade manifesta.

Isto, no entanto, admitimos livre e espontaneamente, que fazemos distinção entre Cristo em sua substância eterna e os elementos dos sinais sacramentais. Assim, nem adoramos os elementos em lugar do que eles significam, nem os julgamos dignos de adoração, nem os desprezamos, ou interpretamos como inúteis e vãos, mas deles participamos com grande reverência, examinando-nos a nós mesmos o mais diligentemente antes de participarmos deles, pois somos persuadidos pelos lábios do apóstolo, de que “aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor, indignamente, será réu do corpo e do sangue de Jesus Cristo”⁹.

¹ Gn 17:10-11; Êx 23:3, etc.; Gn 17:14; Nm 9:13. ² Mt 28:19; Mc 16:15-16; Mt 26:26-28; Mc 14:22-24; Lc 22:19-20; 1Co 11:23-26. ³ 1Co 10:16; Rm 6:3-5; Gl 3:27. ⁴ Mc 16:19; Lc 24:51; At 1:11; 3:21. ⁵ 1Co 10:16. ⁶ Ef 5:30. ⁷ Mt 27:50; Mc 15:37; Lc 23:46; Jo 19:30. ⁸ Jo 6:51; 6:53-58. ⁹ 1Co 11:27-29.

22º CAPÍTULO – DA RETA ADMINISTRAÇÃO DOS SACRAMENTOS

Duas coisas são necessárias para a reta administração dos sacramentos. A primeira é que eles devem ser ministrados por ministros legítimos; e declaramos que tais são apenas os que são designados para a pregação da Palavra, em cujos lábios pôs Deus a Palavra de exortação e que estes são os que são para isso legitimamente escolhidos por

alguma Igreja. A segunda é que devem ser ministrados com os elementos e da maneira que Deus estabeleceu; de outra forma, afirmamos que deixam de ser os sacramentos corretos de Jesus Cristo.

Esse o motivo por que abandonamos a sociedade da Igreja pontifícia e fugimos à participação dos seus sacramentos. Primeiramente, porque seus ministros não são ministros de Jesus Cristo (o que é mais horrendo é que eles permitem que mulheres batizem, quando a estas o Espírito Santo não permite ensinar na congregação). Em segundo lugar, porque adulteraram de tal modo um e outro sacramentos com as suas próprias invenções que nenhuma parte do ato original de Cristo permanece em sua simplicidade original. O óleo, o sal, o cuspe e outras coisas, no batismo, são simples invenções humanas; a adoração ou veneração do sacramento, o transportá-lo pelas ruas e praças das cidades, a conservação do pão num escrínio ou cápsula, não é o uso legítimo do sacramento do corpo de Cristo, mas simples profanação dele. Cristo disse: "Tomai e comei", e "Fazei isto em memória de mim¹". Por estas palavras e por esta ordem ele santificou o pão e o vinho para sacramento do seu corpo e do seu sangue, de modo que um seria comido e todos bebessem do outro, e não que se conservem, e se adorem e honrem como Deus, como até agora fizeram os pontifícios, que, subtraindo ao povo o cálice da bênção, praticaram um horrendo sacrilégio.

Além disso, para uso correto dos sacramentos, requer-se que o fim e a causa da sua instituição sejam entendidos e observados não menos pelos comungantes do que pelos ministros. Se a intenção no participante se mudar, cessa o uso correto, o que é muito evidente na rejeição dos sacrifícios (assim como também se o ministro ensinar doutrina claramente falsa, o que seria odioso e detestável diante de Deus), ainda que os sacramentos sejam instituições dele próprio, porque homens ímpios deles usam para fim diverso daquele para que foram ordenados por Deus. Afirmamos que isto foi feito aos sacramentos na Igreja Pontifícia, na qual toda a ação de Jesus Cristo é adulterada, tanto na forma exterior, como no fim e na concepção. O que Cristo fez e ordenou que se fizesse é evidente dos Evangelistas e de São Paulo; o que o sacerdote pontifício faz junto do altar não é necessário repetir. O fim e a causa da instituição de Cristo, e por que o que ele instituiu deve ser feito por nós, exprime-se nestas palavras: "Fazei isto em memória de mim"; "Todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes deste cálice, anunciais" isto é, enalteceis, pregais, engrandeceis e louvais — "a morte do Senhor, até que ele venha²". Mas qual é o fim, qual a concepção com que os sacerdotes dizem a sua missa; revelem-nos as suas próprias palavras na missa: e é que, como mediadores entre Cristo e sua Igreja, eles oferecem a Deus o Pai um sacrifício propiciatório pelos pecados dos vivos e dos mortos, doutrina blasfema porque anula a suficiência do sacrifício único de Cristo, uma vez oferecido para a purificação de todos os que são santificados. Nós aborrecemos, detestamos e repudiamos profundamente essa blasfêmia contra o próprio Jesus Cristo.³

¹ Mt 26:26; Mc 14:22; Lc 22:19; 1Co 11:24. ² 1Co 11:24-26. ³ Hb 9:27-28; 10:14.

23º CAPÍTULO – A QUEM INTERESSAM OS SACRAMENTOS

Reconhecemos e sustentamos que o batismo se aplica tanto aos filhos dos fiéis como aos fiéis adultos, dotados de discernimento, e assim condenamos o erro dos Ana-

batistas, que negam o batismo às crianças até que elas tenham compreensão e fé¹. Mas sustentamos que a Ceia do Senhor é somente para aqueles que pertencem à família da fé e podem examinar-se e provar-se a si mesmos, tanto em sua fé como no dever da fé para com o próximo. Os que sem fé ou permanecendo em dissensão com os seus irmãos comem e bebem naquela santa mesa comem indignamente.² Esta a razão por que os pastores da nossa Igreja fazem exame público e particular, tanto no conhecimento como na conduta e na vida, daqueles que devem ser admitidos à Ceia do Senhor Jesus.

¹ Cl 2:11-12; Rm 4:11; Gn 17:10; Mt 28:19. ² 1Co 11:28-29.

24º CAPÍTULO – DO MAGISTRADO CIVIL

Confessamos e reconhecemos que impérios, reinos, domínios e cidades foram diferenciados e ordenados por Deus; o poder e a autoridade neles - dos imperadores nos impérios, dos reis nos reinos, dos duques e príncipes em seus domínios, e dos outros magistrados nas cidades – são uma santa ordenança de Deus destinada à manifestação de sua própria glória e à singular utilidade do gênero humano.¹ Por isso afirmamos que todos os que procuram levantar ou confundir todo o estado do poder civil, já há muito estabelecido, não são apenas inimigos da humanidade, mas lutam impiamente contra a vontade manifesta de Deus.²

Além disso, confessamos e reconhecemos que todos os que foram colocados em autoridade devem ser amados,³ honrados, temidos e tidos na mais respeitosa estima, pois fazem as vezes de Deus, e em seus concílios o próprio Deus se assenta e julga.⁴ São eles os juízes e príncipes a quem Deus entregou a espada para o louvor e defesa dos bons e para justo castigo e vingança de todos os malfetores.⁵ Além disso, afirmamos que a purificação e preservação da religião é, sobretudo e particularmente, dever de reis, príncipes, governantes e magistrados. Não foram eles ordenados por Deus apenas para o governo civil, mas também para manter a verdadeira religião e para suprimir toda idolatria e superstição. Pode-se ver isso em Davi,⁶ Josafá,⁷ Josias,⁸ Ezequias⁹ e outros altamente recomendados pelo seu singular zelo.

Por isso, confessamos e declaramos que todos quantos resistem à suprema autoridade, usurpando o que pertence ao ofício desta, resistem a essa ordenação de Deus e, portanto, não podem ser considerados inculpáveis diante dele. Afirmamos mais que, enquanto príncipes e governantes vigilantemente cumprirem sua função, quem quer que lhes recuse auxílio, conselho e assistência nega-o a Deus, que pela presença do seu lugar-tenente lhes solicita isso.

¹ Rm 13:1; Tt 3:1; 1Pe 2:13-14. ² Rm 13:2. ³ Rm 13:7; 1Pe 2:17. ⁴ Sl 82:1. ⁵ 1Pe 2:14. ⁶ 1Cr 22-26. ⁷ 2Cr 17:6 etc.; 19:8 etc.; ⁸ 2Cr 29-31. ⁹ 2Cr 34-35.

25º CAPÍTULO – OS DONS LIVREMENTE CONCEDIDOS À IGREJA

Embora a Palavra de Deus verdadeiramente pregada, os sacramentos corretamente ministrados e a disciplina executada segundo a Palavra de Deus sejam sinais certos e incontestáveis da verdadeira Igreja, contudo nem por isso julgamos nós que toda pessoa, individualmente, nessa comunidade seja um membro escolhido de Jesus Cristo.¹ Reconhecemos e confessamos que o joio pode ser semeado com o bom trigo, e joio e palha

crecem em grande abundância no trigal, isto é, que réprobos podem unir-se às congregações dos escolhidos e comungar com eles nos benefícios externos da Palavra e dos sacramentos. Mas, como eles só confessam a Deus por um pouco com seus lábios e não com seus corações, desviam-se e não continuam até o fim.² Portanto, não participam dos frutos da morte, ressurreição e ascensão de Cristo.

Mas os que de coração creem, sem nenhuma simulação, e corajosamente confessam com seus lábios o Senhor Jesus, receberão esses dons com a mais absoluta certeza, como dissemos acima.³ Primeiramente, nesta vida terão a remissão dos pecados, e isso unicamente pela fé no sangue de Cristo; Pois, apesar de o pecado permanecer e continuamente habitar nestes nossos corpos mortais, contudo ele não nos será imputado, mas será perdoado e coberto pela justiça de Cristo.⁴ Em segundo lugar, no juízo geral conceder-se-á a cada homem e mulher a ressurreição da carne.⁵ O mar devolverá os seus mortos e a terra aqueles que nela estão sepultados. Sim, o eterno Deus estenderá a sua mão sobre o pó da terra e os mortos ressurgirão incorruptíveis,⁶ e na substância da mesma carne que cada um agora tem,⁷ para receber, segundo as suas obras, ou a glória ou o castigo.⁸ Os que agora se deleitam na vaidade, na crueldade, na impureza, na superstição ou idolatria serão condenados ao fogo inextinguível, no qual em seus corpos e espíritos – os quais agora servem o Diabo cometendo toda abominação – eles serão atormentados para sempre. Mas os que continuam a fazer o bem até o fim confessando corajosamente o Senhor Jesus cremos firmemente que eles possuirão a glória, a honra e a imortalidade, para reinarem para sempre na vida eterna com Jesus Cristo⁹, a cujo corpo glorificado todos os escolhidos se tornarão semelhantes¹⁰, quando ele aparecer de novo no juízo e entregar o Reino a Deus, seu Pai, o qual será então e para sempre permanecerá tudo em todas as coisas, Deus bendito para todo o sempre,¹¹ a quem, com o Filho e o Espírito Santo seja toda honra e glória, agora e para sempre. Amém.

Levanta-te, ó Senhor, e sejam confundidos todos os teus inimigos; fujam da tua presença os que odeiam o teu divino Nome. Dá aos teus servos forças para proclamarem a tua Palavra com ousadia, e que todas as nações se apeguem ao verdadeiro conhecimento de ti. Amém¹².

¹ Mt 13:24 etc. ² Mt 13:20-21. ³ Rm 10:9,13. ⁴ Rm 7; 2Co 5:21. ⁵ Jo 5:28-29. ⁶ Ap 20:13. ⁷ Jó 19:25-27.

⁸ Mt 25:31-46. ⁹ Ap 14:10; Rm 2:6-10. ¹⁰ Fp 3:21. ¹¹ 1Co 15:24,28. ¹² Nm 10:35; Sl 68:1; At 4:29.

CONTINUA NO MANUAL ELEMENTAR DE PESQUISA E-2

MILITAR CRISTÃO

<http://www.militarcristao.com.br>

Especificamente, a finalidade dessa página é:

- I. “Prover conteúdo relevante e adequado ao usuário final, qual seja, militar das Forças Armadas ou Auxiliares do Brasil, cristãos evangélicos ou não;
- II. Promover integração entre os militares cristãos de todo o Brasil, com possibilidades de se reunir irmãos que não se veem há muito tempo;
- III. Auxiliar nos cultos e reuniões evangélicas, promovidos pelas associações militares nos quartéis, provendo material, como estudos bíblicos, além de discutir ideias para o aperfeiçoamento desse trabalho;
- IV. Fortalecimento e difusão da fé militar, respeitadas a hierarquia e a disciplina”. (NGA 001/2006, art. 4º).

Agora, ponderando, considere os seguintes fatos:

- A extensão do nosso efetivo, bastante considerável;
- O fato de o militar ser, por muitas vezes, o braço do Estado onde nem o Estado vai, sobretudo em áreas de fronteira;
- As diversas movimentações que ele sofre ao longo da carreira;
- O contato diário com pessoas dos mais diversos rincões do País;
- A possibilidade de atuar junto a outras nações, com seu exemplo, nas missões de paz;
- No caso específico das Forças Auxiliares, o contato mais próximo e diário com a população, em situações de tensão e perigo;
- As dificuldades inerentes à carreira, como exposição diária ao perigo (inclusive de perder a vida), de se formar um patrimônio familiar, a instabilidade de relações pessoais duradouras por conta das movimentações, o prejuízo na educação dos filhos e na área profissional do cônjuge;
- O preparo e o emprego da força militar, em situações extremas;
- O elogio que a Bíblia dá ao compromisso, benevolência e fé de militares, como o centurião Cornélio;
- As imensas e evidentes semelhanças entre a vida cristã e a militar.

Diante desses fatores, nota-se o quanto o povo de Deus tem negligenciado o enorme potencial de atuação do evangélico militar. Quando limitamos nossa área de atuação ao louvor e à EBD, não percebemos que, à nossa volta, pode estar alguém que será um homem de Deus a frente de uma batalha, quem levará até as últimas consequências seu compromisso com Deus e com a nação brasileira. Um aluno de um curso de formação hoje pode ser o Marechal, Almirante ou o Brigadeiro amanhã. E ao menos que a Bíblia esteja equivocada (falo como homem), nação se voltará contra nação. O que será do homem da caserna? Quem irá até aquele povo? Quem os ajudará?

A resposta pode estar dentre os civis, que até hoje não descobriram essa missão dada pelo Senhor, ou especialmente dentre o próprio pessoal militar, que ainda encara sua incorporação como uma mera profissão, sem considerar o caráter de missão que ele tem, como integrante das Forças Armadas ou Auxiliares.

Esta é a nossa visão, que compartilhamos todos os dias com você, seja por meio de estudos, artigos, informações, bizus ou, inclusive, por entretenimento nos momentos de folga.

Este é o **Militar Cristão**.

PREZADO LEITOR

Todo auxílio é bem vindo a este ministério, bem como o aperfeiçoamento destes Manuais. Caso tenha alguma sugestão, dúvida, comentário, crítica ou contribuição a dar ao nosso trabalho, encaminhe-os para nós através do sítio **Militar Cristão**, seção **Contato**, ou diretamente ao webmaster pelo endereço eletrônico *webmaster@militarcristao.com.br*. Sua mensagem será analisada e poderá constar de futuras edições. Caso queira também contribuir com textos inéditos, seja de instrução para os grupos militares evangélicos, testemunho pessoal ou doutrina cristã, utilize-se dos mesmos modos de contato já mencionados. Os critérios de publicação estão na seção **Estrutura**. Que Deus te abençoe.

MILITAR CRISTÃO

Militar Cristão. Edificando na caserna.

Conheça os outros manuais da Biblioteca Militar Cristão através do sítio da Internet <http://tinyurl.com/bibliomc>.

AVISO – POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS



Obra licenciada pela Creative Commons ®: "Atribuição – Uso Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional", disponível em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR>.

Os infratores estão sujeitos às penalidades cabíveis pela Lei de Direitos Autorais (Lei n.º 9.610, de 19/02/1998), Lei n.º 9.279/1996 e pelo art. 184 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei n.º 2.848, de 07/12/1940), sem prejuízo de eventual ação cível de indenização.

Aviso conforme Anexo I à NGA 009/2013, alterada pela NCA 014/2014

Editor responsável: Cleber Olympio

© 2003-2014 Cleber Olympio. Todos os direitos reservados.
Não traduzimos a opinião oficial das Forças Armadas ou Auxiliares do Brasil, nem a de instituições religiosas.

